



GLÓRIA PARA 'AINDA ESTOU AQUI'

Atuações marcantes e impacto histórico da emocionante cinebiografia.
Por Paulo Alonso, **página 2**



ALERJ PODERÁ LICENCIAR CARROÇAS

Em pleno século 21, deputado quer controlar tração animal. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



OLHARES ALEMÃES SOBRE O BRASIL

Bate-papo com a correspondente alemã Martina Farmbauer no Rio.
Por Bayard Boiteux, **página 3**

Economistas alertam para efeito negativo dos juros

O Conselho Regional de Economia da 2ª Região – SP (Corecon-SP) acaba de publicar uma carta aberta à sociedade brasileira alertando para os limites do uso da taxa Selic para o combate à inflação. Segundo o documento, assinado pelos conselheiros da instituição, a utilização recorrente e quase exclusiva desse instrumento, sem considerar as causas estruturais e conjunturais da inflação, desencadeia uma série de problemas para a sociedade brasileira.

“Um dos efeitos negativos de uma taxa Selic muito elevada é o impacto sobre a trajetória da dívida pública, uma vez que as expressivas despesas com juros têm sido o principal fator a impulsionar o aumento do endividamento e a deterioração da percepção sobre o risco fiscal. Em 2024, os gastos com juros atingiram R\$ 950 bi, contribuindo para um déficit nominal de R\$ 998 bi”, observa o documento. Comparativamente, em 2024, foram despendidos R\$ 193 bilhões, em Saúde, e outros R\$ 137 bilhões, em Educação.

Os conselheiros destacam que a questão fiscal tem uma importância mais limitada do que a alegada pelo mercado para a definir a paridade entre o real e o dólar, com reflexos na inflação. Primeiro porque, sem nenhum novo pacote fiscal, o real foi uma das moedas que mais se valorizou em janeiro de 2025. Segundo, o governo cumpriu a meta primária do orçamento com déficit de R\$ 11 bilhões, equivalente a 0,1% do PIB, dentro da margem de tolerância, sem que isso tenha suscitado declarações em favor de uma interrupção na trajetória de juros.

“Isso não significa dizer que a responsabilidade fiscal deva ser negligenciada. Ao contrário, é essencial combater os desperdícios, a sonegação, a corrupção, as desonerações sem contrapartidas aferíveis e as ineficiências. No mesmo sentido, é fundamental trabalhar para a melhor eficiência de todo o aparato público, de forma que o contribuinte possa perceber o retorno do seu esforço a partir da qualidade na contraprestação ao seu sacrifício”, diz o documento.

De acordo com a entidade, os fatores usados como justificativa para o aumento de juros na ata do Copom são questionáveis, pois os bens industriais, que ajudaram a conter a inflação em 2024, foram incluídos na explicação do Bacen, apesar de sua variação ter ficado abaixo do centro da meta.

De toda a arrecadação do país em 2024, 7% veio da Petrobras

Foram R\$ 270,3 bilhões, 13% a mais que em 2023

A Petrobras foi responsável pelo pagamento de 7% de toda a arrecadação do país em 2024. O dado faz parte do relatório fiscal da companhia referente ao ano passado, divulgado nesta quinta-feira. O documento detalha o direcionamento dos R\$ 270,3 bilhões pagos em forma de tributos e participações governamentais. O número global já tinha sido informado no fim de fevereiro e equivale à média de R\$ 1,1 bilhão por dia útil.

“Por meio de nossos pagamentos de tributos, contribuímos para gerar impactos positivos na sociedade, garantindo mais recursos para investimentos em áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e segurança”, diz mensagem no

relatório assinado por Magda Chambriard, presidente da empresa.

Os tributos pagos são direcionados à União, aos estados e municípios. As participações governamentais incluem, principalmente, royalties pela exploração de petróleo e a participação especial (PE), uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

O montante de R\$ 270,3 bilhões é 13% superior ao valor pago em 2023. No entanto, fica mais de 3% abaixo dos R\$ 279 bilhões pagos em 2022. Nos últimos 5 anos, foram pagos R\$ 1,1 trilhão. Os valores não levam em conta a inflação do período.

Do total de dispêndios tributários e regulatórios, R\$ 102 bilhões são federais. Os principais tributos pagos à União se referem a impostos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) e sobre o faturamento (PIS e Cofins).

Os tributos estaduais respondem pela maior fatia, R\$ 104,9 bilhões, recolhidos em forma de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os municípios receberam R\$ 1,40 bilhão, praticamente tudo em Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O montante foi recolhido por 265 municípios, distribuídos em 21 estados e inclui o Distrito Federal.

Transpetro expande operações e fortalece presença no Norte e Nordeste. **Página 8**



Hu Uousong/Xinhua

Guerra de Trump não trará mudança significativa no comércio global

Modelos preveem que a inflação norte-americana subirá em resposta às novas tarifas de Trump. No entanto, na prática parte desse custo será absorvida pelos produtores estrangeiros e outra parte será ajustada via flutuações cambiais. “O impacto no déficit comercial pode ser limitado, pois os preços relativos tendem a se reequilibrar ao longo do tempo”, sustenta Eric Hatisuka, CIO do Mirabaud Family Office (Brasil), gestor de investimentos do grupo suíço.

“Do ponto de vista estritamente econômico, para decepção tan-

to dos trumpistas quanto dos anti-trumpistas, enquanto os EUA forem o único grande importador líquido global, a Trade War 2 dificilmente terá um impacto duradouro além dos ajustes iniciais de preço e câmbio. No longo prazo, a economia tende a encontrar um novo equilíbrio, onde os custos das tarifas são redistribuídos entre exportadores e ajustes cambiais, sem uma mudança estrutural significativa na dinâmica do comércio global”, segundo análise de Hatisuka divulgada pelo Mirabaud.

Ele explica citando o Dilema de Triffin, dinâmica descrita

pelo economista Robert Triffin nos anos 1960. “Como os EUA pagam suas importações em dólares, a redução das importações líquidas também reduz a quantidade de dólares em circulação globalmente. Isso tende a valorizar o dólar e, paradoxalmente, reduzir o preço interno dos bens importados.”

“Se os preços dos produtos de um país aumentam, sua taxa de câmbio real também sobe. Da mesma forma, uma valorização cambial nos EUA significa uma desvalorização no país exportador, impactando os preços de exportação”, afirma Hatisuka.

Alerj aprova Medalha Tiradentes a Eunice Paiva

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira, a concessão da Medalha Tiradentes *post mortem* à advogada e militante Eunice Paiva. A homenagem, proposta pela deputada estadual Dani Monteiro (PSOL), reconhece a trajetória de Eunice na luta por memória, verdade e justiça após o desaparecimento de seu marido, o deputado Rubens Paiva, preso, torturado e assassinado pela ditadura militar, na década de 70.

“Eunice Paiva é um símbolo da luta contra o autoritarismo e a brutalidade do Estado. Esta medalha não é apenas uma homenagem, mas um compromisso nosso com a memória e a verdade. Não podemos aceitar que tentem reescrever a história para apagar os crimes da ditadura”, enfatizou Dani Monteiro.

Eunice Paiva dedicou sua vida à defesa dos direitos humanos, especialmente dos povos indígenas. Sua trajetória foi retratada no filme *Ainda Estou Aqui*, que emocionou o mundo e garantiu ao Brasil seu primeiro Oscar, de melhor filme internacional, além de ter sido indicado nas categorias de Filme e de Atriz, para Fernanda Torres, que interpreta Eunice Paiva.

Ao final de seu discurso, Dani Monteiro também abriu coautoria a todos os deputados que quisessem e se referiu especificamente a dois decanos do Parlamento, os deputados Carlos Minc (PSB) e Luiz Paulo (PSD). Os dois atuaram como líderes contra a Ditadura Militar.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7982
Dólar Turismo	R\$ 6,0490
Euro	R\$ 6,2922
Iuan	R\$ 0,8013
Ouro (gr)	R\$ 558,39

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Honra e glória para ‘Ainda estou aqui’

Por Paulo Alonso

Pela terceira vez, fui ao cinema assistir ao filme *Ainda estou aqui*, que acaba de arrebatat o primeiro Oscar do Brasil na categoria de filme internacional, em 97 anos da Academia de Hollywood. Nas três ocasiões, pude observar o talento estrondoso não somente de Fernanda Torres, mas igualmente magistral de Fernanda Montenegro. Filha e mãe dão veracidade à vida de Eunice Paiva, levando à plateia emoção, comoção, serenidade e, especialmente, contenção nos atos, ações, olhares e pequenos sorrisos.

O elenco da película, dirigido pelo genial cineasta Walter Salles, é irretocável, com Selton Mello vivendo o deputado cassado Rubens Paiva num momento sublime de sua carreira, além dos demais atores e atrizes que encarnam seus papéis com raro talento, brilho e arte.

O roteiro de Murilo Hauser e Heitor Lorega foi baseado na autobiografia homônima de Marcelo Rubens Paiva, escrita há dez anos. O filme retrata a história de Eunice Paiva, que acabou se tornando ativista política após a prisão e o consequente desaparecimento de seu

marido. Em razão disso, foi presa em 1971, com uma de suas filhas, Eliana Paiva, durante a ditadura militar vivida no Brasil no período de 1964 a 1985.

Visto por mais de 5 milhões de pessoas no Brasil e sucesso de bilheteria em Paris, Lisboa e Nova York, *Ainda estou aqui* foi aplaudido por 14 minutos no Festival de Veneza, conquistou prêmios nos principais festivais do mundo e teve Fernanda Torres indicada ao prêmio de melhor atriz, cuja vencedora acabou sendo Mikey Madison, de 26 anos, por *Anora*. Fernanda Torres, dentre outros prêmios, conquistou o Globo de Ouro por sua belíssima atuação no filme de Walter Salles.

As cenas nas quais Rubens Paiva é retirado de sua casa, em uma tarde de janeiro de 1971, na Avenida Delfim Moreira, 80, no Leblon, em ambiente cênico filmado em uma casa localizada na Urca, são memoráveis. Naquele dia, Rubens é levado por seis homens a mando do Exército para um interrogatório e não retorna mais.

No dia seguinte, Eunice também é levada, com um capuz na cabeça, junto com sua filha de 15 anos, Eliana (Luiza Kosovski). Eunice é questionada se seu marido está aliado a “facções

terroristas” pró-redemocratização, o que ela nega constantemente, dizendo que ele, depois do autoexílio devido à cassação de seu mandato pelo Ato Institucional nº 1, não se envolveu mais em política.

Atuações marcantes e impacto histórico da emocionante cinebiografia

Eunice permanece presa por cinco dias até ser liberada, sem notícias de seu marido. Ela retorna para casa e se reencontra com Eliana e os demais filhos: Marcelo (Guilherme Silveira), Ana Lúcia (Bárbara Luz) e Beatriz (Cora Mora). Manchetes falsas são publicadas dizendo que Rubens fugiu, mas tanto Eunice quanto seus amigos não acreditam nos jornais. Eunice, com a ajuda do advogado Lino Machado (Thelmo Fernandes), recorre a um habeas corpus a fim de garantir a liberdade e os direitos de seu marido.

Baby Bocayuva (Dan Stulbach), amigo de Rubens, confessa a Eunice que ele, Gaspar e Raul Riff (Daniel Dantas) prestavam suporte aos exilados em segredo. Mais tarde, o jornalista Félix (Humberto Carrão), amigo da família,

conta a Eunice que Rubens foi morto e que seu corpo está desaparecido, porém os militares não vão confirmar isso oficialmente.

Com a perda do marido, Eunice tenta reestruturar a vida da família, e todos voltam a viver em São Paulo, após Eunice alugar a casa da família na Zona Sul do Rio. Ela decide voltar para a faculdade e, aos 48 anos, se forma em Direito.

Em 1996, Eunice, agora uma ávida defensora dos direitos dos povos indígenas, recebe a notícia de que o Estado reconheceu o assassinato de Rubens, disponibilizando oficialmente um atestado de óbito. Ela dá uma entrevista argumentando que o governo deve indenizar as famílias das vítimas do regime e julgar os crimes cometidos na ditadura. São cenas impressionantes, verdadeiramente marcadas pela alegria de receber a certidão de óbito de Rubens e, ao mesmo tempo, pela contrição.

Anos depois, em 2014, Eunice, agora interpretada por Fernanda Montenegro, já em idade avançada e padecendo do Mal de Alzheimer, aparece em um tradicional almoço em família, junto com filhos e netos. Uma reportagem sobre a ditadura passa na televisão e menciona Rubens co-

mo um dos ícones da resistência, despertando sua atenção. Sem dizer uma só palavra, Fernanda Montenegro, apenas com olhares, posturas e gestos faciais e labiais, preenche, com espetacular talento, a tela do cinema. São cenas impactantes e absolutamente extraordinárias, que somente uma atriz do calibre de Fernanda Montenegro poderia encenar.

Nos créditos finais, informa-se que Rubens Paiva foi morto entre 21 e 22 de janeiro de 1971, em um dos quartéis da 1ª Divisão do Exército no Rio de Janeiro, e que cinco homens foram denunciados por sua tortura e assassinato, mas continuam impunes até hoje. Além disso, informa-se que Eunice faleceu em 2018, aos 89 anos, em São Paulo, após conviver com Alzheimer por 15 anos.

O filme se destaca não apenas pelo roteiro e pelas atuações, mas também pela escolha musical, que, em várias cenas, chega a dialogar diretamente com as falas dos personagens. Como grande parte da trama é ambientada na década de 1970, canções da MPB e do movimento Tropicália foram selecionadas com extremo cuidado para compor o tom das cenas e transportar o espectador para o contexto

histórico da época, marcado pela censura, violência e luta por liberdade.

Ambientado nos anos mais intensos dos anos de chumbo, com a aparição de uma foto do presidente Médici (1969-1974), o longa traz uma trilha sonora poderosa, repleta de músicas com duplo sentido, muitas delas censuradas naquele período. Nomes icônicos como Erasmo Carlos, Caetano Veloso, Os Mutantes, Tim Maia e Tom Zé ajudam a reforçar a atmosfera de resistência e criatividade que permeava a cultura brasileira.

Ainda estou aqui é um filme espetacular. Merece ser visto, observado, percebido e digerido com o máximo de atenção. Retrata a história de uma família que, na realidade, é a história de centenas de famílias brasileiras que perderam seus entes queridos em assassinatos dos mais covardes e brutais, em um período negro da República, ao longo de 21 anos. Wladimir Herzog e Stuart Angel são lembrados, em imagens, nos momentos finais do filme, quando são homenageados.

Bom viver para assistir a tamanha obra cinematográfica. De fato, a vida presta, e vamos todos sorrir.

Paulo Alonso é jornalista.

Ainda estou aqui

Por César Vergara de Almeida Martins Costa

Em 2007 minha vida deu uma reviravolta. Precisei cortar laços que me prendiam, mudar de rumo. Em dezembro daquele ano, parti de Porto Alegre, minha cidade natal, e fui morar no Rio de Janeiro com minha mulher e dois filhos. Tivemos que deixar uma casa amada, vivemos a tristeza dos quartos vazios.

Éramos apenas uma jovem família em busca de novos horizontes, forçados

a migrar para que o ciclo da renovação se completasse. No Rio de Janeiro, provamos a alegria carioca de viver, uma espécie de magia que se dá na mistura de sol e mar salgado, entre pessoas que cham charmosamente ao falar e sorriem para tudo.

Ao ver *Ainda estou aqui*, foi inevitável lembrar daqueles anos vividos no Rio. Meu filho voltando da quadra de futebol com os pés esfolados, às vezes uma ou outra fratura. Minha filha chegando em casa com seu coque de bailarina exausta depois das aulas de

ballet na Escola Maria Olenewa, do Teatro Municipal. Coincidentemente, depois ela foi dançar na Dalau, a grande amiga de Eunice.

Naquele época, minha mulher estava feliz com o curso de design de moda que fazia, meu escritório ia crescendo e eu, aos poucos, amalhando amigos. Uma família íntegra, feliz e cheia de planos. Uma alegria contagiante.

Ao assistir ao filme, senti como se estivessem arrancando minha família de mim. Doe muito. E essa dor foi se agigantando ao perceber que a história da

família Paiva é uma história perene, principalmente para nós brasileiros.

Não aprendemos nada. Inebriados pelo esquecimento, desatentos com os métodos do extremismo de direita. Compreendi que o Oito de Janeiro foi como a bagunça feita pelos policiais no escritório do Rubens. Um ato de violência que está no primeiro degrau da violência fascista que nos assombra.

O filme trouxe angústia e dor ao meu peito, mas acompanhar a trajetória da Eunice, encarnada pela “en-

tidade” Fernanda Torres trouxe também acalento, esperança. Porque onde ainda existirem Eunices, existirá esperança.

Eunice é humanidade. É um conjunto de valores que compõe um gigante moral: empatia, alteridade, afetividade, firmeza de caráter, solidariedade, cordialidade. Tudo aquilo de que carecemos no novo mundo do tecnofeudalismo que nos quer como servos.

O filme merece o Oscar, mas muito além disso, merece os lares e corações dos quatro cantos do mun-

do. Merece penetrar nas casas alemãs, húngaras, polonesas, italianas, austríacas, venezuelanas, russas e ucranianas, israelenses e “hamasianas”, chinesas e americanas, e se espalhar como se espalham os vírus até acessar cada morada do globo.

Que todos o vejam, que todos sintam a dor, a angústia, a esperança, a dignidade e a alegria da família Paiva, para que, antes que seja tarde, ainda possamos dizer: “Sorriam todos!”

César Vergara de Almeida Martins Costa é advogado.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

NOVOS TEMPOS



Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Olhares alemães sobre o Brasil

A correspondente estrangeira alemã e embaixadora do Turismo do RJ Martina Farmbauer realiza um bate-papo no dia 20 de março, às 16 horas, no Espaço Cultural Vogue Square. Ela falará sobre a visão da cultura, da história e das pessoas do Brasil. A entrada é gratuita.

Rio lindo, Rio limpo

Numa ação conjunta da Comlurb e da Secretaria de Ordem Pública, as praias da Zona Sul vão ganhar 1.600 contêineres para reforçar a limpeza, com a colaboração dos barraqueiros. Não seria o caso de investir também em campanhas educacionais para a população?

Aniversário ‘comme il faut’

A colunista social Sílvia de Castro recebeu amigos para festejar seus 80 anos na Casa Julieta de Serpa. O formato tipo chá, com bolo e doces, mostrou que ela é uma grande anfitriã.

Não quer paz

Putin parece desconhecer a palavra PAZ. Titular de uma das maiores ditaduras da atualidade, não está nada preocupado com a proposta norte-americana de cessar-fogo na Ucrânia.

Exemplo

O posto de emissão de carteiras de identidade do Detran, no Downtown, merece aplausos. Pessoal qualificado e melhor idade atendida com muito respeito.

Participação em eventos internacionais

A participação em feiras internacionais de turismo por entidades oficiais não pode ser uma ocasião para viagens de lazer com toda a família. Bastam, no máximo, dois técnicos e material promocional no idioma do evento. Fica a dica.

Dia Mundial do Teatro

De 27 a 30 de março, pela primeira vez, o Instituto Internacional do Teatro vai celebrar o Dia Mundial do Teatro no Brasil. Augusto Boal será homenageado.

Pegou mal

Nada politicamente correto nosso presidente Lula destacar a beleza da nova ministra Gleisi Hoffmann como atributo para negociar. Logo ele, que empoderou várias mulheres...

Frase da semana

“Acredite na felicidade e no beijo apaixonado. Brigue por um abraço de respeito. E seja um simples amante das verdades do coração.” – Bayard do Coutto Boiteux

Putin: Rússia é ‘a favor’ do cessar-fogo, mas vê dificuldades

Moscú fala em ‘Trégua temporária’

Moscú, (Xinhua) - A Rússia é “a favor” do plano de cessar-fogo de 30 dias proposto pelos Estados Unidos e Ucrânia, mas há nuances, disse o presidente russo Vladimir Putin nesta quinta-feira. “Concordamos com as propostas para interromper as hostilidades, mas partimos do fato de que essa cessação deve levar à paz de longo prazo e eliminar as causas originais desta crise”, disse Putin em uma entrevista coletiva com o presidente bielorrusso visitante Alexander Lukashenko.

Putin observou a dificuldade em monitorar as violações do cessar-fogo ao longo da linha de contato de 2.000 km do conflito e levantou a questão de que a

Ucrânia pode usar o cessar-fogo temporário para mobilização e fornecimento de armas. Ele mencionou a nuance em relação à região de Kursk, onde as forças russas têm repellido as forças ucranianas após seu ataque surpresa na fronteira em agosto de 2024.

“Quanto à situação no terreno, está mudando rapidamente”, disse Putin, observando a recaptura das forças russas da cidade-chave de Sudzha em Kursk na quinta-feira. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse no início do dia que a operação russa em Kursk havia entrado em seu estágio final. Putin disse que pode ligar para Trump para discutir as questões.

A Rússia negociará os

próximos passos para encerrar o conflito e chegar a acordos aceitáveis com base na situação “no terreno”, disse o presidente. A Ucrânia sinalizou na terça-feira sua prontidão para aceitar uma proposta dos EUA para um “cessar-fogo imediato e provisório de 30 dias” após conversas com uma delegação dos EUA em Jeddah, de acordo com sua declaração conjunta. A declaração também disse que a trégua poderia ser estendida por acordo mútuo, acrescentando que “os Estados Unidos comunicarão à Rússia que a reciprocidade russa é a chave para alcançar a paz”.

‘Trégua temporária’

O plano de cessar-fogo

de 30 dias proposto pelos Estados Unidos e pela Ucrânia é um “trégua temporária” para as tropas ucranianas, disse o conselheiro presidencial russo Yuri Ushakov na quinta-feira. Ele disse em uma entrevista na televisão que Moscou está trabalhando para alcançar um acordo pacífico de “longo prazo” que leve em consideração os interesses legítimos da Rússia.

Observando que falou por telefone com Mike Waltz, conselheiro de segurança nacional do presidente dos EUA, Donald Trump, Ushakov disse que tanto a Rússia quanto os Estados Unidos acreditam que a possível adesão da Ucrânia à Otan não pode fazer parte da discussão do acordo de paz.

Sobras eleitorais podem levar 7 deputados a perder mandato

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira que sete deputados federais podem perder os mandatos. A decisão tem validade imediata, mas depende da Justiça Eleitoral e a Câmara dos Deputados para ser efetivada.

A decisão foi tomada no processo no qual a Corte derrubou as atuais regras para distribuição das chamadas sobras eleitorais para cálculo das vagas na Câmara. As regras são usadas para cálculo das cadeiras que devem ser preenchidas por candidatos eleitos nas casas legislativas.

Com a decisão, a banca do Amapá, formada por oito deputados, deve ser a mais atingida, provocando

a troca de metade dos parlamentares. As alterações devem atingir os atuais deputados Dr. Pupio (MDB), Sonize Barbosa (PL), Professora Goreth (PDT) e Sílvia Waiápi (PL). Mais três deputados podem perder os mandatos: Lebrão (União Brasil-RO), Lázaro Botelho (PP-TO) e Gilvan Máximo (Republicanos-DF).

As vagas devem ser preenchidas por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Rafael Bento (Podemos-RO), Tiago Dimas (Podemos-TO), Professora Marcivânia (PCdoB-AP), Paulo Lemos (PSOL-AP), André Abdon (Progressistas-AP) e Aline Gurgel (Republicanos-AP).

Em fevereiro do ano passado, os ministros julgaram ações protocola-

das pelos partidos Rede Sustentabilidade, Podemos e PSB para contestar trechos da minirreforma eleitoral de 2021. A Lei 14.211/2021 reformulou as regras para distribuição das sobras eleitorais.

Antes das alterações, todos os partidos podiam disputar as sobras eleitorais, que são calculadas pela Justiça Eleitoral para ocupar as vagas que não foram preenchidas após o cálculo do quociente eleitoral, critério principal para definir a vitória dos parlamentares nas eleições.

Com a nova lei, somente candidatos que tiveram votos mínimos equivalentes a 20% do quociente eleitoral e os partidos que obtiverem mínimo de 80% desse quo-

ciente passam a disputar as vagas oriundas das sobras.

A decisão do Supremo permitiu que todos os partidos e candidatos concorressem sem restrições em uma das fases de distribuição das sobras eleitorais. A Corte considerou que o novo entendimento era aplicável às eleições de 2024. Dessa forma, os sete deputados não seriam atingidos.

Na sessão de hoje, os ministros julgaram recursos dos partidos para que as novas regras das sobras sejam aplicadas às eleições de 2022, pleito no qual os sete parlamentares foram eleitos. Por 6 votos a 4, os ministros decidiram que as regras são aplicáveis às eleições de 2022, e os deputados devem ser substituídos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA ENCERRAMENTO DEFINITIVO DAS ATIVIDADES – COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO

O Presidente em exercício da COOPERATIVA DE CONSUMO E TURISMO DOS PROPAGANDISTAS VENDEDORES DO ESTADO DO MARANHÃO – COOPTUPROVEMA – EM LIQUIDAÇÃO, CNPJ 22.039.752/0001-07, NIRE 21400011392, com sede na Avenida Beta 10, Sala 12, Bairro Planalto do Calhau, São Luis/MA, CEP 65072-120, em sua prerrogativa estatutária convoca todos os seus membros em pleno gozo dos seus direitos cooperativados, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA - ENCERRAMENTO DEFINITIVO DAS ATIVIDADES** a ser realizada no dia 30 de março de 2025 em sua sede com primeira chamada às 08h00min, segunda chamada às 09h00min e terceira e última chamada às 10h00min com número mínimo de cooperantes conforme normas legais e estatutárias, para tratarem dos assuntos constantes neste edital sendo: (1) Dissolução voluntária da cooperativa, com fulcro nos Artigos 46, IV e 63, I e V da Lei 5.764/71. São Luis/MA, 14 de março de 2025. Pablo Mesquita Castro – Diretor Presidente – CPF 968.442.303-97.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA PET PLANET

O Diretor Presidente da COOPERATIVA PET PLANET - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS PET, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº. 33400056183 e inscrita no CNPJ sob o nº. 29.388.745/0001-51, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 21 Cooperados Associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em nossa sede sito à Avenida Ernani do Amaral Peixoto, nº. 71, Sala 606, Centro, Niterói/RJ, CEP. 24.020-070, no **dia 29 de março de 2025 em primeira convocação às 9:00min** com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10:00min com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11:00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Prestação de Contas do Exercício Social do Ano de 2024; 2. Relatório de Gestão; 3. Balanço Patrimonial; 4. Demonstração das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2024; 5. Destinação das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2024; 6. Eleição do Novo Mandato do Conselho Fiscal. Niterói/RJ, 14 de Março de 2025. **RIBAMAR CORREA DE SOUZA FILHO** DIRETOR PRESIDENTE

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Marcos Muller

Alerj quer licenciamento para carroças

Parece piada, mas não é: em pleno século 21, a Alerj quer emplacamento e licenciamento para carroças e charretes, os chamados veículos de tração animal. O autor da proposta é o deputado Marcos Müller (União). Ele argumenta que a medida permitirá a fiscalização e punição dos carroceiros que descartam irregularmente lixo e entulhos. “Recebemos notícias constantes de atos ilegais praticados por condutores de carroças, com o despejo de entulhos e de outros materiais em locais impróprios”, defende o deputado.

Mulheres no comando

Já virou tradição na Alerj. Todo mês de março, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o presidente da Casa, deputado Rodrigo Bacellar (União), cede seu lugar na presidência das sessões plenárias para as deputadas. A primeira a assumir o posto foi a deputada Tia Ju (REP), 2ª vice-presidente da Alerj. Ela presidiu a sessão da última terça-feira (11).



Deputado Carlinhos BNH

Jogos mais tarde no verão

Os jogos oficiais de futebol poderão ser permanentemente proibidos antes das 17h durante o verão no Estado do Rio de Janeiro. A medida está sendo analisada na Alerj por meio de um projeto de lei apresentado pelo presidente da Comissão de Esporte e Lazer, Carlinhos BNH (PP). Segundo ele, a intenção é proteger os atletas de temperaturas elevadas e extremas.

Vereador lembra morte do filho

O último fim de semana marcou os quatro anos do assassinato de Henry Borel. O pai dele, o vereador carioca Leniel Borel (PP), voltou a cobrar uma definição para o julgamento da mãe de Henry, Monique Medeiros, e do ex-vereador Dr. Jairinho. Ambos foram denunciados por homicídio qualificado e tortura da criança, mas seguem presos sem data para serem julgados. Leniel é presidente da Comissão Especial de Combate à Violência Infantil da Câmara Municipal do Rio.

Lagoa de Cima

O deputado Thiago Rangel (PMB) solicitou ao governador do estado, Cláudio Castro, e ao secretário de Defesa Civil, Cel. Tarcísio Junior, que disponibilizem, na Lagoa de Cima, em Campos, um posto de salva-vidas e botes para resgates. Segundo o deputado, em épocas de grande fluxo de banhistas, os casos de afogamento aumentam significativamente naquele local.

Sindilojas-Rio lança guia prático do Código de Defesa do Consumidor

Para marcar a data, comemorada em 15 de março e que dá início a uma semana de promoções no comércio, o Sindilojas-Rio elaborou um guia prático do Código de Defesa do Consumidor. O sindicato também destaca alguns cuidados importantes na hora de ir às compras.

Neste sábado, 15 de março, comemora-se o Dia Mundial do Consumidor. A data remete ao ano de 1962, quando o então presidente norte-americano John Kennedy fez um discurso tratando da proteção dos interesses e dos direitos dos consumidores que causou grande impacto nos EUA e no mundo.

No Brasil, esses direitos ganharam relevância com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei nº 8.078/1990, que completa 35 anos de existência em 2025. O CDC é uma das legislações mais avançadas para a proteção dos direitos dos consumidores e a regulamentação das práticas comerciais. Estabelece diretrizes que visam assegurar o equilíbrio nas relações de consumo, impondo direitos e deveres tanto para consumidores como para fornecedores de produtos e serviços. O CDC tem passado por atualizações devido ao crescimento do comércio eletrônico e o processo de digitalização pelo qual passam todas as empresas.

Além de um momento para debater as relações de consumo, o Dia Mundial do Consumidor, hoje, representa um período de oportunidades para o comércio. No Rio, assim como na maioria das cidades brasileiras, a data ajuda a impulsionar as vendas em um período normalmente de baixa no consumo, após as festas de fim de ano, carnaval e início do ano letivo.

Com essa perspectiva, para marcar o Dia Mundial do Consumidor, o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) elaborou um guia prático dos direitos e deveres para lojistas e consumidores, reunindo os principais pontos e atualizações do CDC. Em formato de e-book, com 36 páginas e disponível para download gratuito no site da instituição, em (https://bit.ly/Sindilojas-Rio_CDC_2025): a publicação é uma ferramenta útil para os comerciantes e também para o público em geral.

“Seguir as normas do CDC e adotar boas práticas de atendimento são maneiras de evitar conflitos e de garantir que o cliente tenha uma experiência positiva. Isso fortalece a imagem e facilita o crescimento do negócio, pois um consumidor bem atendido e respeitado tende a voltar e a recomendar a loja ou a marca a outras pessoas”, afirma o presidente do Sindilojas-Rio, Aldo Gonçalves.

“O consumidor é a razão de existir do comércio. Somos todos consumidores, e cada escolha de compra impulsiona a economia, gera empregos e fortalece o mercado. Para além das normas legais, o bom relacionamento com o cliente é um diferencial competitivo e um fator essencial para o sucesso do comércio”, destaca ele.

O Núcleo Jurídico do Sindilojas-Rio lista alguns cuidados importantes, embasados no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e também no Código Civil, que podem garantir uma jornada de compra segura e satisfatória, principalmente no ambiente virtual:

1. Conheça seus direitos: O CDC estabelece uma série de direitos, como o de arrepender-se da compra, em até sete dias úteis após a entrega do produto ou o recebimento do serviço, caso seja feita fora do estabelecimento físico; o direito à informação clara e precisa sobre o produto; e o direito de troca em caso de produtos defeituosos.

2. Verifique a reputação do varejista: Antes de comprar, o cliente deve pesquisar a reputação do varejista em sites de avaliação de consumidores, como o Reclame Aqui.

3. Leia termos e condições: Entenda os termos e condições de compra do varejista, incluindo a política de devolução e troca. O CDC determina que o fornecedor é obrigado a informar essas condições de forma clara e precisa.

4. Pague com cartão de crédito: Usar o cartão de crédito para compras online oferece mais proteção,

pois permite que o cliente conteste a cobrança em caso de problemas com a compra. Se possível, prefira o cartão de crédito virtual, que diminui o risco de fraudes. Além disso, o Código Civil estabelece que o consumidor tem o direito de pleitear o estorno do valor pago em caso de vício ou defeito do produto. O cartão de crédito também oferece benefícios, como a possibilidade de parcelar compras sem juros e acumular pontos em programas de recompensas e cashback.

5. Guarde os documentos: É importante guardar todos os documentos relacionados à compra, como e-mails de confirmação, recibos e comprovantes de pagamento. Eles podem ser necessários em caso de disputas ou problemas com a compra.

6. Desconfie de ofertas que parecem boas demais, pois podem ser golpes ou fraudes. O CDC protege contra publicidade enganosa e práticas comerciais abusivas.

7. Mantenha seus dispositivos seguros: Ao criar uma conta em uma plataforma ou um site de compras, certifique-se de usar senhas seguras e não compartilhe suas informações de login com terceiros. Isso ajuda a proteger seus dados pessoais e financeiros. Certifique-se também que o antivírus esteja atualizado no computador, smartphone ou tablet e que a conexão seja segura para compras online.

Conab estima safra de grãos acima de 328 milhões de toneladas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou, nesta quinta-feira, o sexto levantamento da safra de grãos 2024/25, que atualiza a produção nacional para 328,3 milhões de toneladas.

A atual estimativa representa alta de 10,3%, se comparada ao volume colhido no ciclo anterior (2023/24), com acréscimo de 30,6 milhões de toneladas de 16 grãos a serem colhidos. Se as projeções se confirmarem, será um novo recorde para a produção de grãos no Brasil.

Segundo a Conab, o resultado reflete o aumento na área plantada, estimada em 81,6 milhões de hectares, e a recuperação na produtividade média das lavouras, projetada em 4,02 toneladas por hectare.

Ao compartilhar os números, o presidente da companhia, Edegar Pretto, disse que será uma safra histórica. “As previsões deste sexto levantamento são mais positivas ainda do que as do quinto levantamento”, afirmou Edegar Pretto.

Soja

A soja continua a ser o principal produto cultivado na primeira safra. Na safra de 2024/25, a produção deve atingir 167,4 milhões de toneladas, com aumento de 13,3% em relação à safra passada. A área plantada de soja é de 47,45 milhões de hectares, com crescimento de 2,8%, na comparação com a última safra. Os números consolidam o Brasil na posição de liderança da produção de soja no mercado global.

O presidente da Conab lembrou o excesso de chuvas em janeiro, que provocou atrasos no plantio e tornou o início de colheita mais lento em alguns estados, mas ressaltou que a estiagem de fevereiro já possibilitou o avanço da colheita de 60,9% da área total. “A diminuição das chuvas no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que trouxe uma quebra na produção da soja [local], teve uma extraordinária recuperação nas demais regiões, como o Centro-oeste”, avaliou Edegar Pretto.

Milho

A produção de milho estimada pela Conab para a safra 2024/2025 é de 122,76 milhões de toneladas, crescimento de 6,1% na comparação com a última safra.

A área plantada deve alcançar 21,14 milhões hectares, o que representa aumento de 0,4% em relação à última safra do cereal.

A segunda safra de milho registra 83,1% da área prevista já plantada. O índice está abaixo do registrado no último ciclo.

Pretto disse que a diminuição das chuvas “traz certa preocupação para o fim do plantio do milho” e que a Conab acompanha com atenção a situação, porque o milho é o principal componente da ração animal, fornecendo proteína para aves, suínos e bovinos. “Ter mais milho em oferta, tanto para o nosso Brasil quanto para o exterior, é importante para a economia. O governo tem uma atenção especial para a ração animal e também sobre o preço da carne para os consumidores.”

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocadas as empresas representadas por este Sindicato na base territorial do Município do Rio de Janeiro, a comparecerem a AGO que se realizará no dia 21/03/2025, às 09:30 horas em primeira convocação, ou às 10:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) apreciação e aprovação das contas da Diretoria no ano de 2024; 2) apreciação e aprovação do orçamento para o ano de 2025 e 3) Assuntos Gerais. As empresas se farão representar através de sócio, diretor e/ou gerente devidamente credenciado, na sede do Sindicato situada na Rua Senador Dantas, 71 sala 804 - Centro - RJ, onde será realizada a Assembleia.

Wilverdir Cunha Galvão de Lima
- Presidente -

Editais de Convocação AGO da AHK RIO DE JANEIRO

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro tem o prazer de convidá-los para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no auditório FIRJAN no endereço **Av. Graça Aranha 01/13 andar - Rio de Janeiro, RJ**, dia 27 de março de 2025, às 9:00 em primeira convocação e, no mesmo dia, às 9:15 em segunda convocação, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Relatório de Atividades da Diretoria no ano de 2024; (ii) Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) Eleição, remanejamento e/ou substituição de membros para os cargos de Vice-Presidente, Diretoria e Conselho Consultivo; e (iv) Apresentação de Projetos de 2025; (v) Assuntos gerais.

Jens Hüren - Presidente

INPI divulga cenário econômico no Brasil entre 2014 e 2024

Os EUA depositaram o maior volume de pedidos de patentes

Clientes de 57 países solicitaram ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) proteção de patentes até fevereiro de 2025. Entre os países que mais depositaram pedidos de patentes de invenção, estiveram os EUA (28%), Brasil (21%), China (10%), Alemanha (6%) e Japão (4%). Entre os depósitos de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais e contratos de tecnologia, a maioria dos pedidos foram protocolados por representantes do Brasil.

O INPI lançou a nota técnica 'Cenário econômico da PI (Propriedade Industrial) no Brasil - 2014-2024'. O objetivo é analisar os aspectos econômicos envolvidos na dinâmica dos pedidos e das decisões dos serviços de propriedade intelectual realizados pelo INPI. O documento terá uma nova versão a cada ano.

Na última década, a nota técnica avaliou a dinâmica dos serviços e das decisões considerando quatro períodos: 2014-2016 (crise econômica), 2017-2019 (lenta estabilização), 2020-2021 (pandemia de Covid-19) e 2022-2024 (recuperação econômica).

Até fevereiro foram concedidas 2.144 patentes e registradas 26.583 marcas, 863 desenhos industriais e 802 programas de computador; e averbados 158 contratos de tecnologia. Foram concedidas 4 indicações geográficas e nenhuma topografia de circuitos integrados. Na comparação com o mesmo período do ano anterior o registro de marcas (-18,2%) e as averbações de contratos (-10,2%) sofreram queda. Enquanto isto, as concessões de patentes (+7,0%), os registros de desenhos industriais (+290,5%) e de programas de computador (+24,7%) apresentaram alta.

Na área de patentes, os pedidos tiveram uma queda média de 1,8% ao ano. O número de pedidos manteve trajetória de relativa estabilidade ao longo da década, com crescimento em áreas específicas, como biotecnologia, farmacêutica, química e tecnologia da informação e comunicação.

Os depósitos de patentes acumulados no ano até fevereiro totalizaram 4,175, uma variação positiva de 0,5%. Os depósitos de marcas totalizaram 73.632 pedidos, um crescimento de 22,4% nesta base de comparação.

Os pedidos de desenhos industriais totalizaram 1.152 (+15,7%), os depósitos de programas de computador alcançaram 823 (+31,1%) e as averbações de contratos de tecnologia apresentaram 147 pedidos (+21,5%). As indicações geográficas alcançaram 3 pedidos no período considerado (contra 4 em igual mês do ano anterior). Em topografias de circuitos integrados não ocorreram pedidos (frente a 1 pedido em 2024).

Redução

Os pedidos de depósito de patentes alcançaram 6.755, uma redução de -3,2% em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro. Em relação a marcas, foram realizados, no trimestre encerrado em fevereiro, 106.462 pedidos de registro, um aumento de 3,9% em relação ao trimestre móvel anterior. No trimestre dezembro-fevereiro observou-se, ainda, 1.850 pedidos de registro em desenhos industriais (+7,0%), 1.440 em programas de computador (-8,0%), 256 em contratos de tecnologia (-4,1%) e 4 em indicações geográficas (frente a 6 pe-

didados no trimestre móvel anterior).

Em marcas, os pedidos tiveram um crescimento médio de 10% ao ano, que se explica, entre outros fatores, pelo crescimento do e-commerce e do setor de serviços. Em desenhos industriais, que tiveram aumento médio de 0,7% ao ano, o resultado acompanhou a trajetória da economia, alavancado pelos setores de moda, móveis e eletrônicos. Em programas de computador, a digitalização acelerada da economia e o crescimento de novas soluções tecnológicas e plataformas digitais impulsionaram os pedidos de proteção, que cresceram, em média, 13% ao ano. Já em indicações geográficas, o Brasil apresentou crescimento notável durante a década, impulsionado pela percepção de seu valor não apenas como diferencial competitivo, mas também como forma de preservação da cultura local e de incentivo ao desenvolvimento regional.

Até fevereiro de 2025, as pessoas físicas responderam por 37% dos 794 depósitos de patentes de invenção efetuados por residentes. Entre os 66.754 depósitos de marcas, destaque para MEI, microempresa e EPP (48%).

Brasil: 11,5 milhões de microempreendedores individuais com registros ativo

A partir do dia 21 de março, a Caixa passará a oferecer a nova linha de crédito consignado privado voltada para os trabalhadores com carteira assinada, inclusive rurais e domésticos, além dos empregados de Microempreendedores Individuais (MEIs). Os MEIs correspondem a 11,5 milhões de microempreendedores com registros ativo que poderão ter acesso a taxas de juros mais atrativas. Os clientes da Caixa poderão contratar a nova linha por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital).

“O programa permitirá o acesso de mais de 80 bancos e instituições financeiras ao perfil de trabalhadores com carteira assinada”, citou o banco público. Quem já tem um consignado ativo, poderá migrar para a nova linha a partir de 25 de abril. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

“Além de taxas de juros atrativas em relação a outras modalidades de crédito pessoal, a linha possui desconto direto em folha de pagamento, garantindo maior controle financeiro ao cliente”, destacou o banco público.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse se sen-

tir orgulhoso em estar à frente de uma instituição a qual, desde 1861, se mantém ligada aos propósitos do Governo Federal em garantir o acesso aos serviços bancários a toda população brasileira.

“Essa nova linha democratiza ainda mais o acesso ao crédito no país, além de oferecer condições mais atrativas e atender ao público que, realmente, gera o desenvolvimento econômico do país”, afirma Carlos Vieira.

O Brasil registra recorde de microempreendedores individuais em atividade. Levantamento divulgado pelo Sebrae em outubro de 2024 mostrou que, dos 11,5 milhões de microempreendedores individuais com registros ativos no Brasil, mais de 90% estão em atividade, contra 77%, em 2022, e 72%, em 2019. Em cerimônia no Palácio do Planalto, na quarta-feira (12), o Governo Federal assinou a Medida Provisória (MP) que cria a linha do consignado. De acordo com o texto da MP, o desconto das parcelas será na folha de salários, mensalmente pelo eSocial, o que permite taxas de juros atrativas para os clientes. Após a contratação, o trabalhador acompanha mês a mês as atualizações do pagamento das parcelas.

FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ nº 05.427.471/0001-02 - NIRE: 33.3.0026228-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês fevereiro de 2025, às 11h00min, na sede da **FARTURA AGROPECUÁRIA S.A.**, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200 - 19º andar, CEP: 22210-901 ("Companhia"), conforme convocação da Assembleia Geral Extraordinária publicada nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2025, no Monitor Mercantil, reuniram-se os acionistas que representavam mais de 99% (noventa e nove por cento) das ações da Companhia, de acordo com o registro no Livro de Presença de Acionistas. Na forma estatutária, a presidência dos trabalhos foi assumida pelo Diretor da Companhia, Sr. Fernando Maurício Araújo Guimarães, eleito por todos os acionistas presentes, que convidou o Sr. Leandro Cardoso Massa, um dos representantes dos acionistas WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. e ITAPURA AGROPECUÁRIA LTDA., constituída a mesa e verificada a presença do número legal de acionistas, o Sr. Presidente registrou que todos os acionistas estavam presentes para deliberar. Na sequência, o Secretário procedeu com a leitura do Edital de Convocação da Assembleia, publicado no Monitor Mercantil, garantindo que todos os presentes tivessem ciência de sua convocação. A ata será assinada pelo Secretário, que terá poderes para tanto, sendo dispensada a assinatura dos demais participantes, para todos os efeitos legais. Todos os acionistas aprovaram as proposições preliminares apresentadas pelo Sr. Presidente. Em seguida, o Sr. Presidente anunciou que a reunião foi convocada para deliberar sobre os seguintes assuntos. **Ordem do Dia:** (i) Eleição de um novo membro da Diretoria da Companhia para o mandato de 2025; e (ii) Apreciar e aceitar o termo de renúncia apresentado pelo Diretor sem designação especial, Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, registrando agradecimentos por seus serviços prestados, com destaque para sua trajetória e contribuições à Companhia. **Deliberações:** Após análise e discussão, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a eleição do novo diretor da Companhia, o Sr. Ricardo Fernandes Barros, brasileiro, casado, bacharel em agronegócio, portador do documento de identidade nº 15.604.308 emitido pelo SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 107.086.546-06. O Sr. Ricardo Fernandes Barros foi eleito para o cargo de Diretor sem designação especial, com mandato até a próxima eleição ou reeleição da Diretoria. Em ato contínuo, os acionistas aceitaram o termo de renúncia apresentado pelo ex-diretor, o Sr. Wilson Lemos de Moraes Neto, destacando, com notoriedade, os excelentes e inestimáveis serviços por ele prestados à Companhia, ao longo de sua vitoriosa carreira profissional na Companhia, razão pela qual apresentamos nossos sinceros agradecimentos. Ressalta-se, ainda, que os demais diretores permaneceram exercendo regularmente suas funções. Nada mais havendo ser tratado e dado a oportunidade ninguém fez uso da palavra, o Presidente deu por encerrada a Assembleia às 11h30min, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelo Secretário, para todos os efeitos legais. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025. Leandro Cardoso Massa - Secretário da Assembleia. JUCERJA nº 00006859938 em 12/03/2025.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 7ª VARA CÍVEL DO FÓRUM DE DUQUE DE CAXIAS RUA GENERAL DIONISIO 764

FORUM JARDIM VINTE E CINCO DE AGOSTO

Tel.: (21) 3661-9190 - E-mail: dcx07vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAIDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, MOVIDA POR GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITAÇÃO S/A em face de SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA - PROCESSO Nº 0001738-58.2000.8.19.0021, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **VINICIUS MARCONDES DE ARAUJO** - Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público **ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE:** O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súmula do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do **Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 08/04/2025 às 11:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 10/04/2025 às 11:00h. DO BEM A SER LEILOADO:** BEM PENHORADO Fls. 103 / AVALIADO FLS. 472: PRÉDIO 51, CASA 01 (TIPO 32) COM FRENTE PARA RUA G - CIDADE NOVA CAMPINA - DUQUE DE CAXIAS - RJ. IMÓVEL MATRICULADO NO 2º e 4º RGI SOB O Nº 26427 E NA PREFEITURA SOB O Nº 3.2.610.020.0001 / 3056375. JUSTIFICATIVA: Ao(s) dia(s) 17 do mês de 10 do ano de 2020, em cumprimento ao Mandado anexo, AVALIEI DE FORMA INDIRETA o imóvel da Rua G, 51, casa 1, Nova Campina, Duque de Caxias, conferindo-lhe o valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/ Condôminos(s) (SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da **hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIRO DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRE-SE.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____. (ass.) **VINICIUS MARCONDES DE ARAUJO** - Juiz de Direito.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Sra. Diretora Executiva do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Estado do Rio de Janeiro - Ingrid Samille, em conformidade com o artigo 23 do seu Estatuto, convoca as empresas associadas para se fazerem representar, por seus representantes credenciados, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 17 de março de 2025, às 10h00min. em primeira convocação e às 10h30min. em segunda e última convocação, neste caso sendo aberta a sessão com a presença de no mínimo 03 empresas associadas adimplentes. AAGO será realizada na sede do SindaRio, à Rua Conselheiro Saraiva, nº 28 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro. Ordem do Dia: a) apreciar as contas do SindaRio concernentes ao ano civil anterior; e b) apreciar o relatório da Diretoria Executiva, relativo ao acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico aprovado para o SindaRio. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

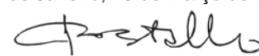
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

De conformidade com os Artigos 31, inciso VI, Artigo 32, parágrafos 1º, 4º e 5º, combinado com o Artigo 72 letra "e", do Estatuto, convoco os Senhores Membros do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro para a Reunião Ordinária a ser realizada na sede da Entidade, Casa do Empresário, à Rua Candelária, nº 9, Auditório 12º andar, no dia **15 de maio de 2025, quinta-feira, às 10h30, em primeira convocação, e às 11h, em segunda e última convocação**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Diretor Secretário do Conselho Superior para o Biênio 2025/2027;**
- Eleição do Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro para o Biênio 2025/2027.**

A apresentação de chapas deverá obedecer ao § 1º do Artigo 35 do Estatuto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.



Ruy Barreto Filho
Presidente do Conselho Superior

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

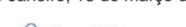
De conformidade com os Artigos 27, Artigo 28, Inciso I, § 1º ao 3º, combinado com Artigo 72 letra "e" do Estatuto desta Entidade, convoco os Senhores Associados Grandes Beneméritos, Beneméritos, Remidos e Contribuintes quites, em pleno gozo de seus Direitos Sociais, a se reunirem no dia **16 de maio de 2025, sexta-feira, em Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada na sede da Entidade, Casa do Empresário, à Rua Candelária, nº 9, Auditório 12º andar, **às 10h, em primeira convocação, e às 11h, em segunda e última convocação**, com duração até às 17h, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Eleição dos membros do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Suplentes, para o Biênio 2025/2027.**

Para tomarem parte na Assembleia os Senhores Associados deverão estar munidos da respectiva Carteira, estando o Departamento do Associado à disposição dos interessados a partir das 9h no "hall" de entrada do mesmo prédio.

A apresentação de chapas deverá obedecer ao § 1º do Artigo 35 do Estatuto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.



Josier Marques Vilar
Presidente

COI - CLÍNICAS ONCOLÓGICAS INTEGRADAS S.A.

CNPJ nº 39.086.160/0001-30 - NIRE: 33.3.0028802-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 25 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Às 11:00 horas do dia 25 de fevereiro de 2025, na sede do COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Jorge Curi nº 550, Bloco C, térreo parte e 1º andar parte, Barra da Tijuca, CEP 22775-001, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **2. Quórum de Instalação e Presença:** Compareceu a acionista única detentora da totalidade do capital social subscrito da Companhia, sendo dispensada a convocação prévia, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Kewton Esper Aragão** e para secretariá-lo a Sr.ª **Francileuda Lima Caminha Dias**. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre (i) a distribuição de dividendos pela Companhia; e (ii) autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. **5. Deliberações tomadas pela acionista única:** Examinados os assuntos objeto da ordem do dia, a acionista presente, sem quaisquer reservas ou restrições, decidiu: (i) aprovar a distribuição a única acionista da Companhia de dividendos no valor de R\$ 143.544.526,55 (cento e quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), dos quais R\$ 23.599.806,69 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e seis reais e sessenta e nove centavos) referem-se a dividendos mínimos obrigatórios, conforme lucros indicados em balanço levantado em 31 de dezembro de 2024, a serem pagos em moeda corrente nacional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação, conforme disponibilidade de caixa da Companhia; e (ii) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a execução e consumação das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, foi devidamente assinada por todos os presentes. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025. **MESA:** Kewton Esper Aragão - **Presidente**, Francileuda Lima Caminha Dias - **Secretária**, Jucerja nº 6858920, em 11/03/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente Voluntário do Conselho de Administração da **ABBR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE REABILITAÇÃO**, no exercício de suas atribuições, nos termos da alínea "a", inciso I do artigo 18 e inciso I do artigo 19 de seu Estatuto Social, por meio da presente **CONVOCAR** os Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras, bem como todos os Associados para comparecerem na sede da Instituição, à Rua Jardim Botânico, 660, Rio de Janeiro - RJ, no dia 27 de março de 2025, às 10:30 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas em segunda convocação, para deliberar sobre as matérias abaixo. **AGO** a) Análise do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do exercício de 2024, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria e o relatório da Administração Executiva; b) Eleição dos novos Membros dos Conselhos de Administração, Consultivo e Fiscal para o novo mandato de 03 (três) anos, bem como eleição pelo Conselho Deliberativo do Presidente, 1º. Vice-Presidente, 2º. Vice-Presidente, 3º. Vice-Presidente e Diretor Secretário, compondo o novo Conselho de Administração; c) Posse de todos os membros eleitos; e d) Assuntos Gerais. **AGÉ** a) Análise da proposta de alteração dos **artigos 26 - Conselho de Administração** (redução do número de Conselheiros para 4 Membros Efetivos e 2 Suplentes e **37 - Conselho Fiscal** (redução do número de Conselheiros para 3 Membros Efetivos e 1 Suplente) do Estatuto Social, em razão da dificuldade que se tem encontrado para a aceitação de convites formulados a possíveis Membros. **Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.** **José Arthur Lemos de Assunção** - Presidente Voluntário do Conselho de Administração.

Juros bancários: média de 42,3% ao ano em janeiro

A taxa média de juros para famílias e as empresas, em janeiro, chegou a 42,3% ao ano nas concessões de crédito livre. No mês, o aumento foi de 1,6 ponto percentual (p.p) e de 4,6 pontos percentuais em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quinta-feira pelo Banco Central.

Nas novas contratações para empresas, o custo médio do crédito atingiu 24,2% ao ano, alta de 2,5 pontos percentuais no mês e 1,7 p.p em relação a janeiro do ano passado. Nas contratações com as famílias, o custo médio do crédito alcançou 53,9% ao ano, aumento de 0,8 p.p no mês e 1,6 p.p em 12 meses.

Segundo *Agência Brasil*, de acordo com a autoridade monetária, o aumento no custo de juros para as famílias foi impulsionado pelas elevações das taxas de crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (5,3 p.p.) e de financiamento para a aquisição de veículos (2 p.p.), bem como pela maior participação relativa das ope-

rações de cartão de crédito rotativo na composição da taxa média de juros do segmento.

Já em relação às empresas, os motivos foram os aumentos nas taxas médias de juros das operações de cartão de crédito rotativo (103,1 p.p.), capital de giro com prazo até 365 dias (9,3 p.p.) e capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,7 p.p.).

O BC informou ainda que o saldo das operações de crédito no Brasil se manteve estável em janeiro em comparação a dezembro, totalizando R\$ 6,5 trilhões. “Esse desempenho decorreu do incremento de 1,2% na carteira de crédito às pessoas físicas, saldo de R\$ 4 trilhões, atenuado pela redução de 1,8% no saldo das pessoas jurídicas, que situou-se em R\$ 2,5 trilhões”, informou o BC.

Em 12 meses, o crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) cresceu 11,7%, ante 11,5% do mês anterior. Os saldos de crédito às empresas e às famílias registraram aceleração, com avanços, na ordem, de 10,2% ante 9,9% em dezembro do ano passado e

de 12,7% para as famílias ante 12,5% ante o mesmo mês de 2024. Já o saldo das operações de crédito com recursos livres - em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes - alcançou R\$ 3,7 trilhões em janeiro, uma diminuição de 0,5% no mês e incremento de 11,5% comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O crédito livre para empresas somou R\$ 1,5 trilhão, com recuo mensal de 3,2% e incremento de 9,7% em 12 meses. O BC disse que esse resultado refletiu, em grande parte, a redução da carteira de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-15,6%), após aumento sazonal ocorrido em dezembro, bem como os recuos nos estoques de capital de giro total (-1%), adiamento de contratos de câmbio - ACC (-2,4%), repasses externos (-6,8%) e antecipação de faturas de cartão de crédito (-2,6%).

O crédito livre às famílias avançou 1,4% no mês e 12,7% comparativamente a janeiro do ano anterior,

totalizando R\$ 2,2 trilhões. Esse desempenho foi bastante disseminado entre suas principais modalidades, com destaque para crédito pessoal não consignado (2,6%), financiamento para aquisição de veículos (2%), crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (2,3%) e cartão de crédito rotativo (6,7%).

Em relação as operações de crédito com recursos direcionados - com regras definidas pelo governo e basicamente direcionado a setores como o imobiliário, o rural, infraestrutura e microcrédito -, o BC disse que, em janeiro, o saldo totalizou R\$ 2,7 trilhões, com altas de 0,9% no mês e de 12,1% sobre o mesmo período do ano anterior.

Por segmento, o crédito direcionado às pessoas jurídicas avançou 0,6% no mês e 11,1% em 12 meses, somando R\$ 901,7 bilhões, enquanto no crédito destinado às pessoas físicas atingiu R\$ 1,8 trilhão, com aumentos de 1% e de 12,6%, na mesma ordem.

Em janeiro, a inadimplência do crédito total do SFN, considerados os atrasos su-

periores a 90 dias, alcançou 3,2% da carteira, com incremento mensal de 0,3 p.p. e redução de 0,1 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nas operações de crédito livre, a inadimplência avançou 0,3 p.p. no mês e recuou 0,2 p.p. em 12 meses, ao atingir 4,4% da carteira. Para as pessoas jurídicas, a inadimplência no crédito livre às alcançou 2,8% do estoque, com incremento de 0,3 p.p. no mês e redução de 0,5 p.p. em 12 meses. A taxa de inadimplência da carteira de crédito livre às famílias também aumentou 0,3 p.p. no mês, mantendo-se estável em comparação ao mesmo período do ano anterior, em 5,5%.

“O endividamento das famílias situou-se em 48,3% em dezembro, permanecendo estável em relação ao mês anterior e crescendo 0,6 p.p. comparativamente a dezembro de 2023. O comprometimento de renda aumentou 0,5 p.p. no mês, alcançando 26,8%, maior nível desde outubro de 2023, interrompendo a trajetória decrescente iniciada em setembro de 2024. A variação em 12

meses atingiu 0,9 p.p.”, disse o BC.

O BC informou que, em janeiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro - formado pelos recursos captados no exterior por meio de empréstimos ou emissão de títulos - atingiu R\$ 18,5 trilhões (155,6% do Produto Interno Bruto), com queda de 0,8% no mês resultante do decréscimo de 4,8% no estoque das captações externas - refletindo a apreciação cambial do Real de 5,9% no período. Em 12 meses, o crédito ampliado cresceu 14,4%, com avanços de 16,5% nos títulos de dívida e de 11,4% nos empréstimos locais.

O crédito ampliado às empresas somou R\$ 6,6 trilhões em janeiro, o que representa 55,2% do PIB, diminuição de 1,9% no mês, ressaltando-se os recuos de 4,4% nos empréstimos externos e de 2% nos do SFN. Já o crédito ampliado às famílias atingiu R\$ 4,3 trilhões (36,3% do PIB), com expansões de 1,1% no mês e de 12,6% em 12 meses, refletindo, basicamente, o desempenho dos empréstimos do SFN.

COI – CLÍNICAS ONCOLÓGICAS INTEGRADAS S.A. CNPJ nº 39.086.160/0001-30 - NIRE: 33.3.0028802-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 21 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Às 10:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2025, na sede do COI – Clínicas Oncológicas Integradas S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Jorge Curi nº 550, Bloco C, térreo parte e 1º andar parte, Barra da Tijuca, CEP 22775-001, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **2. Quórum de Instalação e Presença:** Compareceu a acionista única detentora da totalidade do capital social subscrito da Companhia, sendo dispensada a convocação prévia, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Kewton Esper Aragão** e para secretariá-lo a Sr.ª **Francieleuda Lima Caminha Dias**. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo de Cisão Parcial e Justificação celebrado pelas administrações da Companhia e do Instituto do Radium de Campinas Ltda. (“Radium”), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 51.877.926/0001-09, o qual passa a integrar este instrumento como **Anexo I** (“Protocolo”); 4.2. Ratificar a escolha dos peritos contábeis para proceder à avaliação do patrimônio líquido da Radium e elaborar o respectivo laudo de avaliação da parcela cindida; 4.3. Examinar e deliberar sobre o laudo de avaliação do patrimônio líquido da parcela cindida da Radium, cuja cópia integra este instrumento como **Anexo II**; 4.4. Examinar, discutir e deliberar sobre a incorporação da parcela cindida da Radium pela Companhia (“Incorporação”); 4.5. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 4.6. Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à Incorporação. **5. Deliberações tomadas pela acionista única:** 5.1. Após exame e discussão, a acionista deliberou pela aprovação, na íntegra, do Protocolo. 5.2. Os acionistas ratificaram a escolha, pelos Diretores da Companhia, dos peritos contábeis **(i) Maria Lucia Guilherme de Brito**, brasileira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 088.050/O-0, expedida pelo CRC-RJ, inscrita no CPF/ME sob nº 024.195.477-05, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé 34, 9º andar, Bairro Saúde, CEP 20220-460; **(ii) Felipe Mascarenhas Timbó**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 129.014/O-9, expedida pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 100.023.007-45, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé 34, 9º andar, Bairro Saúde, CEP 20220-460; e **(iii) Jaqueline Aparecida Costa Pinto**, brasileira, contadora, portadora da carteira de identidade nº 082.867/O-3, expedida pelo CRC-RJ, inscrita no CPF/ME sob nº 042.854.917-96, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barão de Tefé 34, 9º andar, Bairro Saúde, CEP 20220-460, que procederam à elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Radium (“Laudo de Avaliação”), para fins de incorporação da parcela cindida pela Companhia. 5.3. Após exame e discussão, o acionista deliberou pela aprovação, sem quaisquer ressalvas ou restrições, do Laudo de Avaliação elaborado para fins da Incorporação, na data-base de 31 de janeiro de 2025 (“Data-base”). O valor do patrimônio líquido da parcela cindida da Radium, a valor contábil, na Data-base, foi avaliado em R\$ 3.059.284,00 (três milhões, cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais) (“Parcela Cindida”). 5.4. O acionista aprovou a Incorporação, nos termos do Protocolo. 5.4.1. O acionista tomou ciência de que a incorporação da Parcela Cindida, tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade das quotas da Radium, não resultará em qualquer aumento do capital social da Companhia. 5.5. O acionista resolve, ainda, aprovar a consolidação e alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social, conforme deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/10/2023, que passa a vigorar, na íntegra, com a nova redação prevista no anexo à presente ata. 5.6. Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação, incluindo todas as comunicações, registros e averbações, transferências patrimoniais, atualização de cadastros, inclusive, fiscais e regulatórios, em todos os órgãos competentes, podendo praticar tudo o que se fizer necessário. **6. Encerramento:** Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, foi devidamente assinada por todos os presentes. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025. **MESA:** **Kewton Esper Aragão** - Presidente. **Francieleuda Lima Caminha Dias** - Secretária.

Estatuto Social. COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A. CNPJ/ME nº 39.086.160/0001-30 - NIRE 33.3.0028802-3. CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO. Artigo 1º - A COI – CLÍNICAS ONCOLÓGICAS INTEGRADAS S.A. é uma sociedade anônima, que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, especialmente a Lei nº 6.404/76. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Jorge Curi nº 550, Bloco C, térreo parte e 1º andar parte, Barra da Tijuca, RJ, CEP 22775-001, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir ou encerrar filiais, escritórios e outras dependências, no país ou no exterior. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) a prestação de serviços relacionados ao tratamento oncológico; (ii) a prestação de serviços de internação e internação domiciliar (homecare); (iii) a organização e mineração de cursos na área de saúde; (iv) promoção de Pesquisa Clínica com ou sem intervenção, observacionais, epidemiológicas, translacionais e outros modelos com geração de conteúdo técnico; e (v) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES. Artigo 5º - O capital social é de R\$ 310.766.265,59 (trezentos e dez milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) dividido em 165.483.941 (cento e sessenta cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - As ações são nominativas e sua propriedade será presumida pela inscrição do nome do acionista no livro Registro de Ações Nominativas da Companhia. Parágrafo Segundo - A emissão de ações ordinárias e preferências poderá ser feita sem guardar proporção entre as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferências sem direito a voto não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas. Parágrafo Terceiro - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis. Parágrafo Quarto - As ações representativas do capital social são individuais em relação à Companhia. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Quinto - A Companhia também poderá emitir debêntures, nos termos previstos na legislação vigente. Parágrafo Sexto - A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis. Artigo 6º - Os acionistas somente poderão ceder e transferir as ações da Companhia, sob qualquer forma e/ou modalidade, direta ou indiretamente, respeitadas as condições estabelecidas em Acordo de Acionistas arquivado na sede social. Artigo 7º - Por deliberação da Assembleia Geral, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas. Parágrafo único - A capitalização poderá ser feita sem modificação no número de ações. CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. Artigo 8º - A administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da lei, deste Estatuto e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Parágrafo único - A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á

mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. Artigo 9º - A Assembleia Geral fixará, anualmente, de forma individual ou global, a remuneração dos administradores da Companhia. SEÇÃO I – DIRETORIA. Artigo 10 - A Diretoria será composta por até 3 (três) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral; sendo um deles o Diretor Superintendente e os outros, Diretores sem designação específica. Parágrafo Primeiro - O mandato unificado da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Segundo - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos diretores. Parágrafo Terceiro - Os Diretores não necessitarão prestar caução para sua gestão, sendo investidos nas funções através de assinatura no termo de posse no “Livro de Atas de Reunião da Diretoria”. Parágrafo Quarto - Todos os membros da Diretoria deverão ser profissionais com qualificação e experiência comprovada em suas respectivas áreas de responsabilidade e ter reputação ilibada. Artigo 11 - Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger um novo Diretor em Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim. O Diretor substituto permanecerá no cargo até o término do mandato do Diretor substituído. Artigo 12 - Compete à Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes: (i) assinar todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: procurações, cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes; (ii) administrar e gerir os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo presente Estatuto, seja atribuída competência à Assembleia Geral; (iii) alienar ativos, em valor inferior a R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), a cada período de 12 (doze) meses (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos da mesma natureza); (iv) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia; (v) orientar e supervisionar a escrituração contábil da Companhia; (vi) elaborar o Relatório de Administração, contas e demonstrações financeiras da Sociedade, para apreciação e deliberação da Assembleia Geral; (vii) propor qualquer medida judicial ou administrativa, incluindo a celebração de acordos ou renúncia de direitos que envolva valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a cada período de 12 (doze) meses (considerando o ato isoladamente ou um conjunto de atos da mesma natureza); (viii) aprovar a abertura e encerramento de filiais, escritórios, centros médicos e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior. Parágrafo Único - As quantias expressas em reais nos itens (iii) e (vii) serão corrigidas anualmente com base na variação positiva do IGP-DI, a partir de 04 de agosto de 2015. Artigo 13 - A Companhia somente poderá ser validamente representada perante terceiros no que se refere a assumir obrigações e/ou exonerar terceiros de obrigações em relação à Companhia, mediante ato praticado e/ou documento assinado por: (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores da Companhia em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador constituído na forma prevista no Artigo 14 abaixo, o qual deverá estar agindo nos limites dos poderes que lhe foram outorgados; ou (iii) quaisquer 2 (dois) procuradores constituídos na forma prevista no Artigo 14 abaixo, os quais deverão estar agindo nos limites dos poderes que lhes foram outorgados. Artigo 14 - As procurações devem ser sempre outorgadas em nome da Companhia mediante assinatura de quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto. Parágrafo Único - As procurações deverão sempre especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão prazo de validade limitado a 1 (um) ano. Artigo 15 - O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado por Diretores ou por procuradores com poderes para tanto, em conformidade com o disposto no Artigo 13. Artigo 16 - A assembleia Geral fixará, quando for o caso, o montante da participação da Diretoria no lucro da Companhia. Artigo 17 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. SEÇÃO II – ADMINISTRAÇÃO DAS CONTROLADAS. Artigo 18 - Os acionistas concorrerão com seus votos e farão que os Diretores por eles indicados para ocupar cargo na Diretoria da Companhia pratiquem todo e qualquer ato que seja necessário no sentido de assegurar que o controle das sociedades controladas seja exercido pela Companhia na forma e de acordo com os princípios estabelecidos neste Estatuto e no Acordo de Acionistas arquivado na sede social. Parágrafo único - Na medida do possível, a composição da administração das sociedades controladas deverá refletir a mesma estrutura prevista para a administração da Companhia. CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIAS GERAIS. Artigo 19 - A Assembleia Geral reunir-se-á: (a) ordinariamente, na forma da lei, e (b) extraordinariamente, sempre que, mediante convocação, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas. Artigo 20 - Além das matérias previstas em lei e neste Estatuto, competirá à Assembleia Geral resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76. Artigo 21 - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Superintendente ou de acordo com os demais casos previstos em lei. Parágrafo Primeiro - Em primeira convocação, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital votante da Companhia, exceto nos casos em que a lei exigir quórum maior e, em segunda convocação, com qualquer número. Parágrafo Segundo - Os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia mediante comunicação escrita via telegrama, fax ou e-mail (sujeita ao recebimento de confirmação de entrega), ou por portador ou mediante carta registrada às partes, no mínimo, 8 (oito) dias consecutivos de antecedência da data marcada para a realização de cada Assembleia Geral em primeira convocação, e conterá as informações sobre o local, a data e o horário em que a respectiva Assembleia Geral será realizada e a ordem do dia detalhada, bem como qualquer documentação que será utilizada para fundamentar os assuntos a serem discutidos em tal Assembleia Geral. Em caso de não instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, novas comunicações escritas serão enviadas aos Acionistas, contendo indicação de local, data e hora para realização da respectiva Assembleia Geral em segunda convocação, sendo certo que, nesse caso, a Assembleia Geral será realizada 5 (cinco) dias após a data da segunda convocação, com a mesma ordem do dia. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas nesta Cláusula, será regular a Assembleia Geral se comparcerem todos os Acionistas. Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia. Artigo 22 - A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída por um Presidente, que será o Diretor Superintendente ou pessoa por ele designada, e por um Secretário, escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral. Parágrafo Único - As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas na forma prevista na Lei nº 6.404/76 e será competente para deliberar sobre todas as matérias previstas em lei e neste Estatuto Social. Artigo 23 - O acionista poderá ser representado, na Assembleia Geral, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, desde que referido procurador seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, na forma da lei. Artigo 24 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, neste estatuto social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, dependerão do voto afirmativo de acionistas representando a maioria simples do capital social votante da Companhia. Artigo 25 - Sem prejuízo de eventuais outras matérias constantes na Lei nº 6.404/76, as seguintes matérias deverão ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os diretores da Companhia, determinando suas atribuições e funções; (iii) manifestar-se a respeito do relatório da administração e das contas da Diretoria; (iv) decidir pela contratação, escolha e destituição de auditores independentes da Companhia; (v) criação de comitês e conselhos consultivos da Companhia; (vi)

outorga de garantias reais e/ou pessoais; (vii) fixação dos limites da remuneração global anual da administração da Companhia e de suas controladas, bem como a individualização da remuneração dos Diretores da Companhia e de suas controladas, incluindo a adoção, estabelecimento ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício; (viii) alienação de ativos, em valor superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), a cada período de 12 (doze) meses (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos da mesma natureza); (ix) propor qualquer medida judicial ou administrativa, incluindo a celebração de acordos ou renúncia de direitos que envolva valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a cada período de 12 (doze) meses (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos da mesma natureza); (x) adoção, estabelecimento ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários da Companhia e/ou suas controladas que envolvam, de qualquer forma, direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia e de suas controladas por tais funcionários, inclusive opções de compra de participação no capital social da Companhia e de suas controladas acima das condições usuais de mercado; (xi) alteração do dispositivo estatutário que dispõe sobre a política de distribuição de dividendos da Companhia e à constituição de reserva especial nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976; (xii) qualquer operação de transformação, fusão, cisão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, assim como qualquer outra reorganização societária, envolvendo a Companhia ou qualquer de suas controladas, além de todos os procedimentos que de alguma forma repercutam no encerramento de suas atividades ou na separação de parte substancial dos ativos da Companhia e de suas Controladas; e (xiii) a concessão de quaisquer empréstimos para terceiros pela Companhia. Parágrafo Único - As quantias expressas em reais nos itens (viii) e (ix) serão corrigidas anualmente com base na variação positiva do IGP-DI, a partir de 04 de agosto de 2015. CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL. Artigo 26 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, o qual poderá ser instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, e igual número de suplentes, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelo respectivo suplente. Parágrafo Terceiro - Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, deverá ser eleito novo conselheiro, na forma da lei. Parágrafo Quarto - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, operar-se-á a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, no exercício anual. Parágrafo Quinto - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. Parágrafo Sexto - O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em lei. CAPÍTULO VI – ANO CIVIL, DO BALANÇO E DOS RESULTADOS. Artigo 27 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano civil. Artigo 28 - Ao fim do exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração do Resultado do Exercício; (iii) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa. Artigo 29 - O resultado apurado, após dedução dos prejuízos acumulados – se houver – e da provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre lucro, constituirá o lucro líquido do exercício. Artigo 30 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal – até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social –, e até 70% (setenta por cento) terá a destinação que lhe for atribuído pela assembleia geral. Artigo 31 - A Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido definido no artigo 28 deste Estatuto, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) o custo destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Parágrafo Primeiro - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Parágrafo Segundo - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor dos dividendos. CAPÍTULO VII – LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO. Artigo 32 - A Companhia entrará em liquidação, dissolução ou extinção nos casos previstos em lei ou neste Estatuto. Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação e a instalação do Conselho Fiscal, que deve funcionar durante o período de liquidação. CAPÍTULO VIII – ARBITRAGEM. Artigo 33 - A Companhia observará, quando existente e em vigor, o Acordo de Acionistas registrado na forma do Artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das Assembleias Gerais de Acionistas abster-se de computar os votos lançados em violação ao disposto nos referidos acordos. Artigo 34 - Os conflitos, controvérsias, questões, dúvidas ou divergências de qualquer natureza, relacionados direta ou indiretamente à Companhia (“Conflito”), havidos entre os Acionistas, serão resolvidos por meio de arbitragem, conforme previsto na Lei nº 9.307/96, mediante as seguintes condições: (i) A disputa será submetida ao Centro de Arbitragem e Mediação de Comércio Brasil-Canadá (“Centro de Arbitragem”) de acordo com o seu regulamento (“Regulamento”), em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português; (ii) A sede da arbitragem será na Capital do Estado do Rio de Janeiro, local onde será proferida a sentença arbitral, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade; (iii) A arbitragem será constituída por 3 (três) árbitros, cabendo a cada uma das partes envolvidas indicar 1 (um) árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelos Acionistas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o último dos dois árbitros foi nomeado, caberá ao Centro de Arbitragem indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida no Regulamento; (iv) Os Acionistas concordam que o Acionista sobre o qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com o Centro de Arbitragem, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. Os Acionistas arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados; (v) Cada Acionista permanece com o direito de requerer no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem; e (vi) Para exercício das citadas tutelas jurisdicionais, os Acionistas elegem o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. Artigo 35 - Caso existam debêntures em circulação, deverão necessariamente ser observados pela Companhia, os termos das suas respectivas escrituras de emissão, incluindo os termos relativos às assembleias de debenturistas realizadas. Emissão nº 6852712, em 07/03/2025. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Caberj Integral Saúde S.A. Brasil, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis, adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. • **Política de destinação de lucros:** A política de destinação de lucros objetiva a perenidade da Controladora Caixa de Assistência à Saúde – Caberj, CNPJ: 42.182.170/0001-84, como forma de manutenção de seu objetivo principal, a concessão de um plano de saúde de qualidade, atualizado com as boas práticas mercadológicas e solvente com suas obrigações técnicas, uma vez que na Controladora (Caixa de Assistência à Saúde – Caberj), há ingresso reduzido de novos beneficiários, tendo em vista que se destina, exclusivamente, aos ex-funcionários do sistema Banerj e seus familiares. No exercício de 2024 o lucro líquido auferido pela Caberj Integral Saúde S.A. foi de R\$ 145.688,24, distribuindo dividendos no valor de R\$34.600,96, constituindo a Reserva de Lucros de R\$ 111.087,28. • **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na performance da sociedade e no resultado do exercício:** Mantendo a política de expansão da carteira, chegamos ao final de 2024 com a carteira de beneficiários de 53.992 beneficiários em dezembro 2024 contra 54.175 beneficiários em dezembro de 2023. A receita acumulada no exercício apresentou o crescimento de 20,22%, em comparação ao exercício anterior (R\$ 205.630.368,61 em 2024 contra R\$ 171.043.641,53 em 2023). A sustentabilidade da Caberj Integral Saúde S/A, no resultado ora apresentado, requer uma completa reavaliação de gestão que consiste na identificação dos pontos vulneráveis, conduzindo-nos a uma readequação da estrutura por gerenciamento dos custos, com a introdução de novos modelos de remuneração da rede prestadora (remuneração por performance, capitação, diárias globais), revisão do trabalho de auditoria, dentre outras, como estabelecido no planejamento estratégico para 2025. Além disso, uma completa revisão no formato da área comercial, consistindo na higienização da carteira, renegociando com clientes deficitários, na redefinição de produtos e na adequação da remuneração dos agentes comerciais. Ações absolutamente necessárias para que modificássemos todo o cenário de resultado que se apresentou para promovermos o crescimento da carteira, mesmo num cenário econômico desfavorável às operadoras de saúde. Todos os esforços neste período foram focados, além do crescimento e higienização da carteira. Conseguimos manter todos os produtos em níveis de reclamações aceitáveis e sem nenhuma suspensão de produto, neste exercício. O que comprova o acerto das decisões e táticas operacionais adotadas. • **Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:** Não houve, em 2024, reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto. • **Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte:** Os indicadores financeiros de provisões técnicas e de solvência da operadora se encontram em consonância ao estabelecido pela ANS, ratificando que as premissas adotadas têm sido acertadas e preparando a empresa para crescimento perene e superavitário. A Caberj Integral Saúde S.A. utiliza a expertise conquistada pela Caixa de Assistência à Saúde – Caberj (Controladora), para adotar programas de prevenção e promoção à Saúde, já conhecidas da ANS, quanto aos seus resultados e impactos positivos no controle de custos assistenciais e aumento da qualidade de vida, destinada aos produtos do público coletivo empresarial do Rio de Janeiro. Estas práticas e medidas auxiliaram na manutenção e equilíbrio da sinistralidade, aumentando a competitividade da operadora no mercado. Não obstante aos

programas de promoção à saúde e qualidade de vida, estamos readequando toda a gama de produtos, renegociando com os principais prestadores, a forma de remuneração (pagamento por performance, pacotes cirúrgicos e ambulatoriais), redução do percentual de coparticipação em rede “fidelizada” de prestadores, uma subscrição de risco compartilhada com rede pré-concebida em níveis que permitam aumento da competitividade (*capitation*) e a criação de novos centros médicos estratégicos, que nos permitirão disputar em igualdade com grandes players de mercado. Destacamos a implementação de ações e práticas de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos pela Operadora, sob a gestão do Núcleo de Compliance e Processos, conforme determina a RN 518 de 29/04/2022, que serão objeto de auditoria com emissão de relatório em abril/2025. Além disso, essa ação reforça nosso enquadramento nos itens de requisitos da dimensão de Gestão Organizacional da RN 507/22 que dispõe sobre o Programa de Acreditação, uma certificação de boas práticas em gestão organizacional e em gestão em saúde, cujo objetivo é a qualificação da prestação dos serviços, induzindo a mudança no modelo de atenção à saúde existente, propiciando uma melhor experiência para o beneficiário. • **Principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:** Implementamos, em 2024, modelo de parceria, com uma empresa de gestão e auditoria médica, que modifica totalmente a forma de atuação e acompanhamento da carteira de clientes e do resultado dos principais prestadores de serviço. Uma importante iniciativa implementada consiste na criação da rede ambulatorial e Centros Médicos Próprios e compartilhados (Unidade Niterói, Tijuca, Copacabana e Campo Grande) sendo prevista a ampliação de atendimento (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo) o qual será prestado por profissionais próprios e terceirizados. A mudança é gradual e proporcional ao contingente populacional e abrangência dos produtos, atuando mais incisivamente, nas regiões e prestadores onde o impacto se mostre efetivo e a atuação mais rápida para adequarmos a evolução dos custos assistenciais aos resultados desejados, atuando fundamentalmente na eliminação dos desperdícios, corrigindo as frequências da utilização fora do padrão e renegociando as tabelas com prestadores. Com a introdução dessa iniciativa na estrutura da Caberj Integral Saúde S/A (Rede própria ambulatorial), colocaremos em prática uma nova visão assistencial a qual nos permitirá oferecer um atendimento personalizado ao cliente, aplicando um modelo fundamentado no acolhimento e voltado para prestação de serviço de cunho holístico. • **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:** A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com vistas a manutenção de recursos necessários e suficientes para cumprir todas as exigências das garantias financeiras pela ANS. • **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício:** Todo e qualquer investimento na operação direta da Caberj Integral Saúde ocorre por meio de recursos próprios advindos do resultado de nossas operações. O Conselho de Administração apresenta a prestação de contas do exercício de 2024. Niterói, 19 de fevereiro de 2025. Roberto Alves Torres Homem - Presidente do Conselho de Administração. Vingenzo Pierro - Vice Presidente do Conselho de Administração. Conselheiros: Valter Bernat de Souza Filho, Marcus Vinícius Osório de Moraes, Shirlei Jandira da Silva Castro Luz, Adilson Souza da Costa, Maria Julia da Silva Araújo, Haroldo Aquino Filho, Denize Ramiro Lima Landeira, Armando Gentil Monteiro, Ana Maria Mola de Lima Araújo Pereira, Wesley Oliveira dos Santos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo	Nota	2024	2023
Ativo Circulante		58.113.981,22	55.197.524,15
Disponível	5	280.219,88	448.445,68
Realizável		57.833.761,34	54.749.078,47
Aplicações Financeiras	6	40.850.975,67	42.382.572,70
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		34.454.222,33	31.057.303,88
Aplicações livres		6.396.753,34	11.325.268,82
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	13.155.874,70	8.774.761,10
Contraprestação pecuniária a receber		12.332.996,75	8.112.403,55
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		822.877,95	662.357,55
Créditos tributários e previdenciários	8	3.826.910,97	3.591.744,67
Ativo Não Circulante		11.293.613,52	11.519.249,24
Realizável a longo prazo		6.549.544,76	6.517.225,72
Depósitos judiciais e fiscais		102.045,68	36.890,28
Outros créditos a receber a longo prazo	9	6.447.499,08	6.480.335,44
Imobilizado	10	4.744.068,76	5.002.023,52
Imóveis de uso próprio - Não hospitalares		4.744.068,76	5.002.023,52
Total do ativo		69.407.594,74	66.716.773,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2024	2023
Passivo Circulante		32.889.951,38	29.744.231,15
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	29.228.109,80	27.052.853,39
Provisão de eventos a liquidar para SUS		612.632,03	606.580,37
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		9.874.296,77	10.568.628,30
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA		18.741.181,00	15.877.644,72
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	12	1.707.455,11	-
Provisões	13	26.306,40	220.452,67
Provisão pra IR e CSLL		26.306,40	220.452,67
Tributos e contribuições a recolher	14	658.051,64	638.561,85
Débitos diversos	15	1.270.028,43	1.832.363,24
Passivo Não Circulante		780.659,81	1.346.645,97
Provisões		247.107,15	190.540,00
Provisão de eventos a liquidar para SUS - Parcelamento		86.073,89	-
Provisões para ações judiciais	16	161.033,26	190.540,00
Débitos diversos	15	533.552,66	1.156.105,97
Patrimônio Líquido	17	35.736.983,55	35.625.896,27
Capital social		35.011.200,00	35.011.200,00
Reservas		725.783,55	614.696,27
Reservas de lucros		725.783,55	614.696,27
Total do passivo		69.407.594,74	66.716.773,39

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Reserva de lucros				Lucro acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total		
Lucro líquido do exercício	35.011.200,00	19.810,98	282.306,45	302.117,43	-	35.313.317,43
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	-	20.496,97	-	20.496,97	(20.496,97)	-
Reserva estatutária	-	-	292.081,87	292.081,87	(292.081,87)	-
Dividendos propostos - R\$ 0,03140 por ação	-	-	-	-	(97.360,62)	(97.360,62)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.011.200,00	40.307,95	574.388,32	614.696,27	-	35.625.896,27
Lucro líquido do exercício						145.688,24
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	-	7.284,41	-	7.284,41	(7.284,41)	-
Reserva estatutária	-	-	103.802,87	103.802,87	(103.802,87)	-
Dividendos propostos - R\$ 0,00916 por ação	-	-	-	-	(34.600,96)	(34.600,96)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.011.200,00	47.592,36	678.191,19	725.783,55	-	35.736.983,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. **Contexto operacional.** A Caberj Integral Saúde S.A. (“Caberj Integral” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações, constituída em 19 de janeiro de 2006, como subsidiária integral da Caixa de Assistência à Saúde - CABERJ, com sede e foro a Sub. Ernani do Amaral Peixoto, 467, sala 1501 parte, Centro na cidade de Niterói - RJ. A Companhia tem por objetivo a comercialização e operação de planos de assistência à saúde e atividades afins. A Companhia está cadastrada na Agência Nacional de Saúde – ANS (“ANS”) sob o registro de nº 41577-4, com a situação ativa desde 29 de setembro de 2006. Em consonância com o planejamento estratégico, a Companhia no exercício de 2024 registrou um decréscimo da ordem de 0,03% no seu universo de vidas e o aumento da ordem de 20,22% na receita de contraprestação. 2. **Base de preparação. a. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre este conceito. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2025. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 11 - Provisões técnicas. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 15 - Provisões para ações judiciais. 3. **Principais políticas contábeis.** As principais diretrizes contábeis adotadas são: **a. Disponibilidades.** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de depósitos bancários à vista em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Instrumentos financeiros.** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui ativos financeiros classificados na seguinte categoria: **i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, é reconhecido no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seria classificado como disponíveis para venda. **ii. Recebíveis.** Representam substancialmente os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de serviços de assistência médica hospitalar e os valores a receber de conveniados na data de encerramento do balanço. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Provisão para perdas sobre créditos – PPSC.** A Entidade constitui a PPSC conforme os critérios estabelecidos no item 7.2.9 da Instrução Normativa nº 46, de 25 de fevereiro de 2011, que determina a constituição da PPSC para beneficiários de planos individuais que estejam inadimplentes há mais de 60 dias e pessoas jurídicas - planos coletivos que estejam inadimplentes há mais de 90 dias, em ambas as situações é provisionado o total de parcelas vencidas e a vencer dos inadimplentes. **iv. Instrumentos Financeiros – Derivativos.** A Companhia não opera com instrumentos financeiros com características de derivativos. **c. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. **d. Demais ativos e passivos Circulante e não Circulante.** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **e. Provisões técnicas.** A provisão para eventos ocorridos e não avisados foi calculada de acordo com as determinações da Resolução Normativa

nº 209, de 22 de dezembro de 2009 e suas alterações posteriores, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. A provisão para eventos a liquidar é registrada com base nas faturas de prestadores de serviços efetivamente recebidas pela Companhia, em contrapartida à conta de despesas de eventos indenizáveis avisados, quando relativa a serviços de assistência prestados aos seus conveniados. **f. Provisão para ações judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, é reconhecido de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia conforme segue: **(a) Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **(b) Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **g. Resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos e encargos, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da Companhia. As contraprestações são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas faturas, em bases lineares, no período de cobertura de risco. Os eventos indenizáveis avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica. As recuperações de eventos indenizáveis conhecidos ou avisados representam o valor dos eventos recuperados/resarcidos por glosas de assistência médico-hospitalar em procedimentos, com base em registros auxiliares. **4. Gerenciamento de Risco. I - Visão Geral de Exposição ao Risco do Negócio.** A Companhia atua como operadora de planos de saúde no mercado de saúde suplementar com o objetivo de prover assistência médica aos seus beneficiários, tendo como riscos associados um conjunto de fatores inerentes a natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: **I.1 - Riscos ligados à atividade econômica da Companhia.** Neste item, as principais variáveis econômicas que podem influenciar a manutenção e o desenvolvimento do negócio são: a variação dos custos médico-hospitalares, os fatores macroeconômicos, dentre outros. A Companhia está exposta em termos de risco de mercado a alterações macroeconômicas de política tributária, assim como a inflação do preço médio dos serviços de saúde, traduzida pelo reajuste das tabelas hospitalares e do coeficiente de honorários médicos (ch); cujos preços globais (diárias e taxas, materiais e medicamentos, exames de baixa, média e alta complexidade), além de serem indexados pela inflação, sofrem impacto da variação cambial, principalmente nos serviços de diagnósticos (equipamentos de alta tecnologia) e tratamentos terapêuticos (medicamentos de alto custo). Para este último fator de risco, relacionado ao mercado de saúde, a Companhia conta com um Comitê de Negociação com a rede de prestadores de serviços médicos, composta de gerentes médicos e profissionais técnicos, cujo resultado das negociações vem apresentado, além de transparência e previsibilidade de custos, compatibilidade dos valores negociados com os limites orçamentários estabelecidos. **I.2 - Risco Regulatório.** Este risco se acentua por estar associado a um setor regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja atuação inclui questões legais de operação de planos de saúde, garantias financeiras e responsabilidade contratual. **I.3 - Riscos Operacionais.** A Companhia possui uma política de gerenciamento de risco operacional, mantida por um conjunto de ferramentas de gestão, como: gestão comercial, gestão tributária, gestão atuarial, planejamento e gestão orçamentária, gestão de custos médicos, além de soluções informatizadas, controles internos sob acompanhamento periódico, e um programa permanente de capacitação de equipes. Outro item de fundamental importância no risco operacional é a aferição de indicadores de desempenho, apurado e avaliado periodicamente pelos gestores da Companhia, dentro de uma visão global de resultado da operadora. Neste item, são focadas análises mais estruturadas de gerenciamento de risco específico da operadora. Os principais riscos operacionais existentes são: **I.3.1 - Risco atuarial.** Outro importante instrumento de gestão é o risco atuarial que aborda fatores relacionados à correta precificação dos produtos e critérios de seleção/aceitação do risco, que agrava os custos de acordo com o ramo de atividade de seus clientes e/ou em função de seu perfil etário. Ressalta-se que, em virtude dos índices crescentes de sinistralidade apresentado pelo mercado neste exercício, promovemos a “higienização” na carteira dos contratos deficitários e sem perspectiva de equilíbrio técnico no curto ou médio prazo. Tal medida demonstra uma preocupação com os riscos futuros de sinistralidade da carteira e o compromisso de salvaguardar as reservas técnicas da Companhia, com uma política de aceitação de riscos e manutenção do equilíbrio técnico, ainda mais criterioso e rigoroso do que já era praticado. **I.3.2 - Risco de elevação dos custos médico-hospitalares.** O risco de elevação dos custos médico-hospitalares está diretamente relacionado à taxa de variação de custos médico-hospitalares - VCMH - medida de variação resultante da combinação de preços de serviços de saúde associado à frequência de utilização de eventos médicos pelos beneficiários. Trata-se de uma metodologia adotada e indicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para que as operadoras de planos de saúde comprovem anualmente a variação dos custos médico-hospitalares de seus contratos. **I.3.3 - Risco de reajuste nos preços de planos de assistência à saúde.** A Companhia decidiu proceder nova revisão técnica atuarial, para assegurar a eficácia das medidas adotadas no exercício anterior em relação ao reajuste aplicado. Em conformidade com as regras contratuais celebradas entre a Companhia e seus clientes, a aplicação do índice de reajuste é realizada anualmente, na respectiva data-base de cada empresa cliente, conforme o excedente da sinistralidade contratada que retorna ao *break even point* do contrato. Em 2024 o reajuste médio negociado pela Companhia foi de 18,21%, suficiente para manter a sinistralidade contratada, distribuída pela totalidade de empresas clientes, dentro dos patamares limítrofes do contrato. **I.4 - Riscos Financeiros. I.4.1 - Risco de Crédito e Capital.** O risco de crédito da Companhia está associado à possibilidade de inadimplência de seus clientes, sendo atenuado por uma composição pulverizada da carteira e pela prerrogativa legal de interrupção da assistência após um determinado período de inadimplência. Além disso, a Companhia possui uma política de gestão de ativos financeiros estritamente conservadora, investindo em fundos de renda fixa de baixa exposição ao risco de mercado e mantendo suas operações em instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado. O risco de crédito da operadora é avaliado a partir do perfil de sua carteira de clientes, bem como da política de investimentos dos recursos e da seleção de instituições financeiras. **I.4.2 - Política de Gestão de Recebíveis.** O

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2024	2023
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		205.630.368,61	171.043.641,53
Receitas com operações de assistência à saúde		205.630.368,61	171.043.641,53
Contraprestações líquidas		205.630.368,61	171.043.641,53
Eventos indenizáveis líquidos		(174.932.706,56)	(142.344.996,43)
Eventos avisados	19	(172.069.170,28)	(139.855.948,16)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(2.863.536,28)	(2.489.048,27)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		30.697.662,05	28.698.645,10
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		110.340,96	168.673,27
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(4.722.946,30)	(5.075.993,06)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(1.557.274,85)	(1.018.169,98)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(2.356.266,97)	(3.346.821,72)
Provisão para perdas sobre créditos		(809.404,48)	(711.001,36)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(109.315,71)	(50.454,82)
Resultado bruto		25.975.741,00	23.740.870,49
Despesas de comercialização		(13.907.669,54)	(12.803.278,95)
Despesas administrativas	20	(17.115.212,85)	(15.815.152,68)
Resultado operacional		(5.047.141,39)	(4.877.561,14)
Resultado financeiro líquido		5.219.136,03	5.507.953,27
Receitas financeiras		5.315.918,91	5.920.658,29
Despesas financeiras		(96.782,88)	(412.705,02)
Resultado antes dos impostos		171.994,64	630.392,13
Imposto de renda	13	(16.441,50)	(155.744,61)
Contribuição social	13	(9.864,90)	(64.708,06)
Resultado líquido		145.688,24	409.939,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Atividades Operacionais	2024	2023
Recebimentos de plano de saúde	201.116.437,61	168.855.568,42
Resgate de aplicações financeiras	159.976.294,86	138.487.878,96
Recebimentos de juros de aplicações financeiras	2.813,44	2.176,57
Outros recebimentos operacionais	-	242.132,98
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(183.281.841,62)	(151.647.656,48)
Pagamentos de comissões	(13.825.706,03)	(12.665.044,83)
Pagamentos de serviços de terceiros	(3.802.708,13)	(1.130.486,12)
Pagamentos de tributos	(3.728.356,82)	(4.023.592,41)
Pagamentos de contingências	(622.006,92)	(462.310,58)
Pagamentos de promoção/publicidade	(9.000,00)	-
Aplicações financeiras		

CABERJ INTEGRAL SAÚDE S.A.		CNPJ/MF nº 07.844.436/0001-06		ANS 41577-4	
Hierarquia de valor justo					
Títulos					
Quotas de fundos investimento não exclusivos					
Caixa FI Saude Suplem - ANS RF	-	4.792,58	4.792,58	5.891.632,46	5.891.632,46
Caixa FI Fidelidade II RF Cred Priv	-	1.478.074,03	1.478.074,03	1.348.046,47	1.348.046,47
Caixa FI Fidelidade RF Longo Prazo	-	3.753.466,36	3.753.466,36	11.568.702,42	11.568.702,42
Bradesco Corporate FICFI Renda Fixa (iv)	-	4.076.646,48	4.076.646,48	9.326.679,39	9.326.679,39
Bradesco H FI Renda Fixa Credito (ii)	-	8.644.458,44	8.644.458,44	7.857.055,07	7.857.055,07
Itau Saude Renda Fixa Cred Priv (ii)	-	6.829.096,74	6.829.096,74	3.960.852,88	3.960.852,88
Itau High Grade Renda Fixa Cred Priv (ii)	-	5.028.464,31	5.028.464,31	-	-
XP Corporate Light FIRF CP LP (iii)	-	3.763.234,98	3.763.234,98	-	-
XP ANS Fир Curto Prazo (i)	-	4.472.951,39	4.472.951,39	-	-
Total da carteira	-	38.051.185,31	38.051.185,31	39.952.968,69	39.952.968,69
7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde					
2024					
Contraprestação pecuniária à receber	15.613.294,10	10.613.271,76			
Participação de beneficiários em eventos	898.106,15	707.610,41			
Provisão para perdas sobre créditos	(3.355.525,55)	(2.546.121,07)			
	13.155.874,70	8.774.761,10			
Esta rubrica refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de serviços de assistência médico hospitalar, conforme emissão de notas fiscais, emitidas dentro do mês em referência e recebidas no mês subsequente da cobertura do plano. As mensalidades a receber por idade de saldo em 31 de dezembro de 2024 são classificadas como:					
2024					
A vencer	8.403.700,94	7.104.643,80			
Vencidos até 30 dias	3.069.870,47	861.282,65			
Vencidos de 31 a 60 dias	755.086,27	65.951,29			
Vencidos de 61 a 90 dias	104.339,07	80.525,81			
Vencidos há mais de 90 dias	3.280.297,35	2.500.868,21			
	15.613.294,10	10.613.271,76			
8. Créditos tributários e previdenciários					
2024					
Imposto de renda retido na fonte	2.781.063,77	2.621.061,86			
Contribuição social retida na fonte	421.775,28	372.887,06			
Antecipações da contribuição social	-	88.435,84			
PIS a compensar	302.139,84	227.146,99			
Cofins a compensar	321.932,08	282.212,92			
	3.826.910,97	3.591.744,67			
9. Outros Créditos à Receber a Longo Prazo. Referem-se a recuperação de despesas assistenciais a receber das Administradoras de Benefícios conforme cláusula contratual, em cobrança judicial.					
10. Imobilizado					
2024					
Taxa de depreciação %					
Edificações	4%	6.448.867,58	(1.704.798,82)	4.744.068,76	5.002.023,52
		6.448.867,58	(1.704.798,82)	4.744.068,76	5.002.023,52
Apresentamos a seguir a movimentação no exercício de 2024:					
2023					
Valor líquido					
Edificações	5.002.023,52	-	(257.954,76)	4.744.068,76	5.002.023,52
	5.002.023,52	-	(257.954,76)	4.744.068,76	5.002.023,52
11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. As provisões constituídas pela Companhia apresentam as seguintes posições:					
2024					
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (i)	17.478.581,33	14.557.881,14			
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS (ii)	1.262.599,67	1.319.763,58			
Provisão para eventos a liquidar - SUS	612.632,03	606.580,37			
Provisão para eventos a liquidar (iii)	-	-			
Conhecidos nos últimos 60 dias	9.874.296,77	10.568.628,30			
	29.228.109,80	27.052.853,39			
(i) A ANS determinou, por meio da Resolução Normativa (RN) nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (OPS) deverão constituir "Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA". Nos primeiros 12 meses de operação ou até que haja a aprovação da metodologia de cálculo, as OPS deverão constituir valores mínimos de PEONA, observando o maior entre os seguintes valores: • 8,5% do total de contraprestações emitidas líquidas, nos últimos 12 meses, na modalidade de preço pré-estabelecido, exceto aqueles referentes às contraprestações odontológicas; • 10% do total de eventos indenizáveis conhecidos na modalidade de preço pré-estabelecido, nos últimos 12 meses, exceto aqueles referentes às despesas odontológicas; A Companhia em 31 de dezembro de 2024, observou o critério acima de 8,5% do total de contraprestações emitidas líquidas na modalidade de preço pré-estabelecido, exceto aqueles referentes às contraprestações odontológicas. (ii) Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorridos e que não tenham sido avisados à OPS, com vistas ao atendimento do estipulado no Anexo VIII da RN 393/2015. A ANS divulgará mensalmente, por operadora, o Fator Individual de PEONA SUS e o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, no Espaço da Operadora do site institucional da ANS. (iii) Refere-se ao reconhecimento do custo médico proveniente da assistência médico hospitalar aos conveniados da Companhia. O passivo é registrado mediante apresentação da documentação dos serviços prestados pelos médicos, laboratórios e hospitais credenciados. Em atendimento a Resolução Normativa (RN) nº 521 de 29 de abril de 2022, a provisão de eventos a liquidar está lastreada por ativos garantidores das provisões técnicas, representadas por aplicações financeiras vinculadas a ANS, por meio da Caixa Econômica Federal e Banco Itaú.					
12. Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora. Refere-se ao reconhecimento das despesas provenientes da assistência médico hospitalar aos beneficiários do convênio firmado com a controladora.					
13. Provisões					
2024					
Provisão para imposto de renda	16.441,50	155.744,61			
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	9.864,90	64.708,06			
	26.306,40	220.452,67			
A seguir demonstramos o cálculo da contribuição social e do imposto de renda sobre o lucro líquido:					
2024					
Base para cálculo da contribuição social					
Lucro contábil do exercício	171.994,64	630.392,13			
Ajustes do lucro contábil					
(+) Adições/(-) Excluídas	(15.408,93)	396.719,93			
Base antes da compensação	156.585,71	1.027.112,06			
Compensação de base negativa CSLL	(46.975,71)	(308.133,62)			
Base de cálculo da CSLL	109.610,00	718.978,44			
Contribuição social do exercício - 9%	9.864,90	64.708,06			
Base para cálculo do imposto de renda					
Lucro contábil do exercício	171.994,64	630.392,13			
Ajustes do lucro contábil					
(+) Adições/(-) Excluídas	(15.408,93)	396.719,93			
Lucro real antes da compensação	156.585,71	1.027.112,06			
Compensação de prejuízo fiscal	(46.975,71)	(308.133,62)			
Lucro real	109.610,00	718.978,44			
Imposto de renda - 15%	16.441,50	107.846,77			
Imposto de renda adicional - 10%	-	47.897,84			
Imposto de renda do exercício	16.441,50	155.744,61			
14. Tributos e contribuições a recolher					
2024					
ISS - Imposto sobre serviço	71.517,40	65.099,13			
PIS	23.654,83	20.013,63			
COFINS	145.568,18	123.160,83			
IRRF de terceiros	103.176,55	107.853,39			
ISS retido na fonte	28.125,32	24.646,79			
CSL retido de terceiros	52.103,50	49.489,19			
Cofins retido de terceiros	150.421,79	145.861,68			
PIS retido de terceiros	34.144,19	32.518,78			
INSS - Médico	49.339,88	66.482,63			
Outros	-	3.435,80			
	658.051,64	638.561,85			
15. Débitos diversos					
Circulante					
Caixa de Assistência à Saúde - CABERJ (i)	599.489,85	1.093.851,92			
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplem. (ii)	635.937,62	641.150,70			
Outros débitos	34.600,96	97.360,62			
	1.270.028,43	1.832.363,24			
Não circulante					
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplem. (ii)	-	533.552,66	1.156.105,97		
i. Em 09 de abril de 2008, a Companhia assinou um contrato com a sua controladora CABERJ, para que a mesma preste serviços administrativos, contábeis, jurídicos,					
Eventos médico hospitalares Assistência médico-hospitalar. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de planos coletivos por adesão depois da lei 9.656-1998.					
2024					
Rede Contratada	4.072.421,26	6.242.529,68	5.888.518,92	18.174.188,50	3.759.703,83
Reembolso	5.001,00	85.600,59	2.662,50	936.150,75	152.340,32
Total	4.077.422,26	6.328.130,27	5.891.181,42	19.110.339,25	3.912.044,15
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de planos coletivos empresariais depois da lei 9.656-1998.					
2024					
Rede Contratada	13.356.639,30	23.436.103,74	12.101.206,53	56.379.271,60	7.837.684,74
Reembolso	542.142,51	500.248,45	16.441,65	4.848.925,96	2.120.186,65
Total	13.898.781,81	23.936.352,19	12.117.648,18	61.228.197,56	9.957.871,39
Composição Geral:					
2024					
Descrição					
Planos coletivos por adesão depois da lei 9.656/1998.			41.506.751,55		
Planos coletivos empresariais depois da lei 9.656/1998.			128.173.592,44		
Planos odontológico coletivos por adesão depois da lei 9.656/1998			73.542,21		
Planos odontológico coletivos empresariais depois da lei 9.656/1998			1.050.336,96		
Sub-Total			170.804.224,16		
Sistema Único de Saúde - SUS			1.264.946,12		
Total			172.069.170,28		
20. Despesas administrativas					
2024					
Taxa de administração (i)	(9.233.354,36)	(10.397.918,88)			
Serviços de terceiros	(3.590.121,55)	(767.243,76)			
Tributos	(2.501.952,78)	(2.239.847,34)			
Outros	(1.789.784,16)	(2.410.142,70)			
	(17.115.212,85)	(15.815.152,68)			
(i) Esta conta refere-se consubstancialmente aos serviços prestados pela CABERJ à Companhia mencionado na nota explicativa nº 15. 21. Conciliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. A legislação vigente determina à Companhia que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto deverá apresentar em nota explicativa a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Apresentamos abaixo a conciliação:					
Haroldo Aquino Filho - Diretor Superintendente					
Ubiratan Alves de Carvalho - Contador - CRC RJ 076874/O-2					
PARECER DO CONSELHO FISCAL CABERJ INTEGRAL SAÚDE S.A. EXERCÍCIO 2024					
Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2025, reuniram-se na sede da CABERJ INTEGRAL SAÚDE S.A., sito à Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 467, sala 1501 parte, Centro - Niterói - RJ, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados, para examinar o Balanço Geral, referente ao exercício de 2024, e respectivas demonstrações financeiras, contábeis, gerenciais e parecer da WH Auditores Independentes. Em nossa opinião, as demonstrações apresentadas com lucro de R\$145.688,24 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) representam adequadamente, em todos os aspectos de relevância, a posição patrimonial, econômica e financeira da Caberj Integral Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024. Assim, em cumprimento às disposições estatutárias, o Conselho Fiscal, recomenda a aprovação da prestação de contas do exercício de 2024 estando, desta forma, em condições de ser submetida à Assembleia Geral Ordinária. Sergio Vinicius de Paula e Silva - Presidente do Conselho Fiscal. Rosângela de Araújo Costa - Conselheira Fiscal. Adilssimar Machado Fonte - Conselheiro Fiscal.					
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Aos Administradores e Conselheiros da Caberj Integral Saúde S.A. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Caberj Integral Saúde S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caberj Integral Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração ou se os dados não parecerem adequados para comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinar necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das eventuais constatações de auditoria.					
Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2025					
Walter Heuer - WH Auditores Independentes - CVM Nº 8710 CRC-SP 000319/O-8 - CNPJ Nº 42.465.302/0001-85					
Luiz Alberto Nava Salazar - Responsável Técnico - Contador CRC RJ 034860/O					

Com crescimento de 9,2% em 2024 Transpetro fortalece presença no N e NE

Empresa expande operações ship to ship

A Transpetro anunciou ter registrado um crescimento expressivo nas operações de transbordo de petróleo e derivados entre navios (ship to ship) em 2024, consolidando sua atuação na logística marítima nacional. Com 70% de participação no mercado brasileiro dessa modalidade, a empresa realizou 959 operações em todo o ano passado, um aumento de 9,2% em relação às 878 registradas em 2023. O crescimento foi especialmente impulsionado pelas regiões Norte e Nordeste, que tiveram um aumento significativo na movimentação, refletindo a demanda crescente por soluções logísticas eficientes.

Ship to Ship é um tipo de operação em que um navio atraca ao

lado de outro para fazer a transferência de petróleo e derivados, ocupando apenas um berço e abrindo espaço para outras embarcações atracarem. Isso reduz a fila de navios, tornando o porto mais ágil e eficiente e otimizando custos. Atualmente, a Transpetro oferece operações ship to ship em 13 localidades no Brasil, permitindo ganhos de escala ao viabilizar a movimentação de produtos em navios de maior porte. Essa solução otimiza o fluxo logístico e reduz em até 30% os custos de transporte.

Para o gerente-executivo de Desenvolvimento de Negócios e Comercialização da Transpetro, Gustavo Rosindo, a expansão da companhia nessas operações é um

reflexo do plano estratégico desenhado para os próximos anos.

“A Transpetro investe em novas oportunidades de negócios, parcerias estratégicas e diversificação de clientes para fortalecer sua posição no mercado. O avanço das operações no Norte e Nordeste demonstra nossa capacidade de adaptação e compromisso com a eficiência logística, permitindo que a empresa continue crescendo de forma sustentável”, destaca.

Para acompanhar a expansão da produção de petróleo no Brasil, a companhia vem ampliando a oferta de serviços em diferentes localidades. No Norte, o incremento foi de 32% em 2024 quando comparado ao ano anterior, passando de 247 para 325 ope-

rações. O destaque ficou para as operações realizadas em Itacoatiara (AM) e Manaus, impulsionadas pela infraestrutura logística e pela localização estratégica na Amazônia.

No Nordeste, o Ceará registrou um salto de duas para 14 operações, enquanto São Luís avançou de quatro operações para 17, reforçando esses polos como essenciais para o escoamento da produção nacional. No Maranhão, a Transpetro poderá ainda aumentar a sua eficiência e atendimento a partir da ampliação das operações ship to ship para mais um berço no Porto de Itaqui. No último mês de fevereiro, a companhia participou de uma operação piloto que possibilitará a atracação de

mais uma embarcação no porto e a realização de duas operações ship to ship simultâneas.

Gustavo Rosindo acrescenta que a Transpetro tem se dedicado à otimização dos processos para garantir operações ainda mais seguras, eficientes e sustentáveis, seguindo padrões rigorosos que asseguram a conformidade com as melhores práticas internacionais do setor.

“Esse compromisso reforça a posição da Transpetro como referência na logística marítima nacional, atendendo às demandas do mercado com excelência e responsabilidade e consolidando a companhia como líder em operações ship to ship no Brasil”, afirma Rosindo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Caixa de Assistência à Saúde – Caberj relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis, adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem às normas instituídas pela própria agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. • **Política de destinação de superávit:** A política de destinação de superávit objetiva a perenidade da Caixa de Assistência à Saúde – Caberj, como forma de manutenção de seu objetivo principal, a concessão de um plano de saúde de qualidade, atualizado com as boas práticas mercadológicas e solvente com suas obrigações técnicas, uma vez que há ingresso reduzido de novos beneficiários, tendo em vista que se destina, exclusivamente, aos ex-funcionários do sistema Banerj e seus familiares. No exercício de 2024 o déficit auferido foi de R\$ 14.668.205,40 sendo absorvido pelo Patrimônio Social (2023 – superávit R\$786.999,41) passando para R\$ 139.970.348,06. • **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na performance da sociedade e no resultado do exercício:** O resultado observado reflete a forte atuação da Caberj na gestão de uma carteira considerada como de alto risco, face a sua elevada faixa etária, demonstrando o acerto no investimento de uma política focada na promoção e prevenção da saúde. O que, no caso da Caberj, é exponencial, uma vez que se trata de uma carteira fechada sem condições de oxigenação e que envelhece de forma inexorável, ao passo que a expectativa de vida cresce a cada ano, traduzindo-se em crescente utilização do plano de saúde. Ainda assim, a Caberj mantém o equilíbrio econômico-financeiro da carteira e o padrão de qualidade dos serviços prestados aos seus beneficiários, que vem enfrentado a queda de seu poder aquisitivo. Ciente de que a maioria é composta de aposentados, com vencimentos reajustados aquém do custo de vida, a Caberj tem praticado índices de reajustes menores que as demais operadoras de mercado. Estamos todos empenhados nessa tarefa desafiadora, que é manter o equilíbrio e assegurar a perenidade da Caberj, para que ela possa continuar a propiciar um modelo assistencial que privilegia o atendimento humanizado e prioriza a promoção e prevenção em saúde aos associados. • **Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:** Não houve, em 2024, reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto. • **Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte:** Os indicadores financeiros de provisões técnicas e de solvência da operadora se encontram em consonância ao estabelecido pela ANS, ratificando que as premissas adotadas têm sido acertadas e preparando a empresa para crescimento perene e superavitário. A Caixa de Assistência à Saúde – Caberj, detém programas de prevenção e promoção à Saúde, já conhecidos da ANS, quanto aos seus resultados e impactos positivos no controle de custos assistenciais e aumento da qualidade de vida, destinada aos produtos do público do Rio de Janeiro. Estas práticas e medidas auxiliarão na manutenção e equilíbrio da sinistralidade, aumentando a competitividade da operadora no mercado. Não obstante aos programas de promoção à saúde e qualidade de vida, estamos readequando toda a gama de produtos, renegociando com os principais prestadores, a forma de remuneração (pagamento por performance, pacotes cirúrgicos e ambulatoriais), redução do percentual de coparticipação em rede “fidelizada” de prestadores,

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo	Nota	2024	2023
Ativo Circulante		138.771.867,23	153.234.141,79
Disponível	5	572.011,45	1.434.918,65
Realizável		138.199.855,78	151.799.223,14
Aplicações Financeiras	6	121.986.238,35	136.335.917,41
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		74.685.026,89	67.619.079,31
Aplicações livres		47.301.211,46	68.716.838,10
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	13.952.813,90	12.598.243,09
Contraprestação pecuniária a receber		6.716.205,39	5.908.296,78
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		2.018.756,34	1.849.200,22
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde		5.217.852,17	4.840.746,09
Créditos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		599.489,85	1.093.851,92
Bens e títulos a receber	8	1.661.313,68	1.771.210,72
Ativo não Circulante		69.814.046,43	71.648.566,90
Realizável a longo prazo		532.590,67	174.242,32
Depósitos judiciais e fiscais	9	532.590,67	174.242,32
Investimento	10	35.736.983,55	35.625.896,27
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		35.736.983,55	35.625.896,27
Imobilizado	11	33.483.240,31	35.748.199,16
Imóveis de uso próprio - Não hospitalares		32.363.279,29	34.439.221,57
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares		1.119.961,02	1.308.977,59
Intangível	12	61.231,90	100.229,15
Total do Ativo		208.585.913,66	224.882.708,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional. A Caixa de Assistência à Saúde - CABERJ ("CABERJ" ou "Entidade") é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de natureza social assistencial, sem fins lucrativos, com sede e foro à Rua do Ouvidor, nº 91 - 2º a 10º andar - Centro na cidade do Rio de Janeiro. A Entidade é autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ("ANS") e tem por objetivo proporcionar aos seus associados e dependentes inscritos, assistência médica hospitalar baseada no sistema de livre escolha dirigida, por meio de profissionais de saúde, hospitais e entidades especializadas que acordarem com a CABERJ para prestar esta assistência.

2. Base de preparação. a. Declaração de Conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentada segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/2022. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre este conceito. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2025. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **d. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: nº 7 – Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC e nº 13 – Provisões técnicas. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está incluída na nota explicativa nº 17 – Provisões para ações judiciais. **3. Principais políticas contábeis.** As principais diretrizes contábeis adotadas são: **a. Disponibilidades.** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de depósitos bancários à vista em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Instrumentos financeiros.** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Entidade possuía ativos financeiros classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificada como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda (com base em seus valores justos) de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seria classificada como disponíveis para venda. • **Recebíveis.** Representam substancialmente os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de serviços de assistência médica hospitalar e os valores a receber de conveniados na data de encerramento do balanço. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Provisão para perdas sobre créditos – PPSC.** A Entidade constitui a PPSC conforme os critérios estabelecidos no item 7.2.9 da Instrução Normativa nº 46, de 25 de fevereiro de 2011, que determina a constituição da PPSC para beneficiários de planos individuais que estejam inadimplentes há mais de 90 dias e pessoas jurídicas - planos coletivos que estejam inadimplentes há mais de 90 dias, em ambas as situações é provisionado o total de parcelas vencidas e a vencer dos inadimplentes. • **Instrumentos financeiros - derivativos.** A Entidade não opera com instrumentos financeiros com características de derivativos. **c. Investimentos.** O investimento na subsidiária Caberj Integral Saúde S.A. está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18. **d. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. **e. Intangível.** Incluem os valores referentes a programas/sistemas de computadores (software), sendo amortizados pelo método linear no prazo de 5 anos. **f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante.** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **g. Provisões técnicas.** A provisão para eventos ocorridos e não avisados foi calculada de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e suas alterações posteriores, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13. A provisão para eventos a liquidar é registrada com base nas faturas de prestadores de serviços efetivamente recebidas pela Entidade, em contrapartida à conta de despesa de provisão para eventos indenizáveis avisados, quando relativa a serviços de assistência prestados aos seus conveniados. **h. Provisão para ações judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizadas de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Entidade conforme segue: **a. Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. **b. Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **i. Redução ao valor recuperável.** O imobilizado e o intangível são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indícios de perdas não recuperáveis. A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos bem como estes são realizados em prazos satisfatórios. **f. Resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos e encargos, calculados a índices ou taxas oficiais, inci-

Passivo	Nota	2024	2023
Passivo Circulante		65.390.088,23	66.050.020,50
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	54.561.480,05	55.710.567,49
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		4.494.566,55	4.097.050,53
Provisão de eventos a liquidar para SUS		-	26.641,22
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		22.250.481,80	25.064.093,34
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA		27.816.431,70	26.522.782,40
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	14	4.494.566,55	4.097.050,53
Tributos e encargos sociais a recolher	15	1.841.122,43	1.836.390,17
Débitos diversos	16	4.492.919,20	4.406.012,31
Passivo não Circulante		3.225.477,37	4.194.134,73
Provisões		1.883.511,28	1.666.401,62
Provisões para ações judiciais	17	1.883.511,28	1.666.401,62
Tributos e encargos sociais a recolher		136.323,70	191.158,89
Tributos e contribuições	18	136.323,70	191.158,89
Débitos diversos	16	1.205.642,39	2.336.574,22
Patrimônio Social		139.970.348,06	154.638.553,46
Patrimônio social	19	154.638.553,46	153.851.554,05
Déficit/Superávit do exercício		(14.668.205,40)	786.999,41
Total do Passivo		208.585.913,66	224.882.708,69

dentos sobre os ativos e passivos da Entidade. As contraprestações são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas faturas, em bases lineares, no período de cobertura de risco. Os eventos indenizáveis avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica. As recuperações de eventos indenizáveis conhecidos ou avisados representam o valor dos eventos recuperados/ressarcidos por glosas de assistência médico-hospitalar em procedimentos, com base em registros auxiliares. **4. Gerenciamento de risco. I - Visão Geral de Exposição ao Risco do Negócio.** A Entidade atua como operadora de planos de saúde no mercado de saúde suplementar com o objetivo de prover assistência médica aos seus associados, tendo como riscos associados um conjunto de fatores inerentes a natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de riscos que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se: **I.1 - Riscos ligados à atividade econômica da Entidade.** Neste item, as principais variáveis econômicas que podem influenciar a manutenção e o desenvolvimento do negócio são: a variação dos custos médico-hospitalares e os fatores macroeconômicos. **I.2 - Risco Regulatório.** Este risco se acentua por estar associado a um setor altamente regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, cujos impactos incluem questões legais de operação de planos de saúde, garantias financeiras e responsabilidade contratual. **I.3 - Riscos Operacionais.** A Entidade possui em sua estrutura de gerenciamento de riscos, um foco de atuação voltado para administrar o seu risco operacional, mantido através da aplicação de um conjunto de ferramentas de gestão, como: gestão atuarial, planejamento e gestão orçamentária, política de atenção à saúde para controle dos custos médicos, soluções informatizadas, estrutura organizacional adequadamente dimensionada, controles internos sob acompanhamento periódico, fluxogramas de processos internos atualizados periodicamente, dentre outros modelos de gestão. Com o objetivo de assegurar o funcionamento efetivo e sincronizado desses componentes de gestão, são promovidos programas de capacitação permanente das equipes. Outro item de fundamental importância no risco operacional é o emprego de indicadores de desempenho como instrumento de aferição de performance operacional, mantendo uma visão global dos resultados alcançados. Subscrevemos abaixo os principais riscos operacionais de exposição da Entidade e a linha atuante aplicada para cada item: **I.3.1 - Risco atuarial.** A estratégia atenuante de mitigação do risco atuarial é o investimento realizado em uma gestão efetiva de gerenciamento periódico das garantias financeiras, da revisão do desempenho dos produtos, da análise e atualização das tabelas de comercialização, da atualização das notas técnicas atuariais, do cumprimento das obrigações legais junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, do diagnóstico atuarial permanente da Entidade e da elaboração de cenários prospectivos para apoio à tomada de decisão. Todos os processos de trabalho executados pela área atuarial buscam assegurar, preventivamente, o grau de solvência da Entidade. **I.3.2 - Risco de envelhecimento e perda de carteira.** Considerando a composição da carteira da Entidade, predominantemente idosa, buscou a Entidade, ao longo dos anos, anteveer os efeitos do envelhecimento em sua carteira e qual o caminho a perseguir diante de um cenário esperado. A Entidade se lançou para obter a expertise de gestão de uma carteira idosa, onde a lógica assistencial de promoção à saúde e prevenção e risco de doenças, continua sendo o foco efetivo de atuação para a busca da longevidade saudável de sua carteira. Para tanto, a Entidade mantém 2 (dois) programas de prevenção de gerenciamento de doenças crônico-degenerativas, um em regime ambulatorial (Atendimento Ambulatorial Gerenciado - AAG) e um em regime domiciliar (Atendimento Eletivo - Domiciliar - AED), acolhendo um total de mais de 3.200 associados. As informações técnicas e os indicadores de desempenho relativos aos programas de prevenção estão contidos no relatório técnico para fins de asseguração razoável da auditoria. No tocante ao risco de perda de carteira decorrente do perfil da massa assistida, este componente é mensurado e acompanhado atuarialmente, a cada ano, para fins de medição do ponto de equilíbrio da carteira que assegure o grau de solvência exigido pelo órgão regulador. Este é um fator constantemente mitigado pela administração da Entidade em uma visão mais estratégica, envolvendo questões estatutárias e legais, que venham a permitir a viabilidade e continuidade, no longo prazo, da Entidade. **I.3.3 - Risco de elevação dos custos médico-hospitalares.** A vulnerabilidade que a Entidade está exposta em termos de risco de mercado está associada às flutuações do preço médio dos serviços de saúde, traduzidos pelo reajuste das tabelas hospitalares e do coeficiente de honorários médicos (ch); cujos preços globais (diárias e taxas, materiais e medicamentos, exames de baixa, média e alta complexidade), além de serem indexados pela inflação, sofrem impacto da variação cambial, principalmente nos serviços de diagnósticos (equipamentos de alta tecnologia) e tratamentos terapêuticos (medicamentos de alto custo). Para este fator de risco, a Entidade possui uma estrutura constituída de um Comitê de Negociação com a rede de prestadores de serviços médicos, composta atualmente por gerentes médicos e profissionais técnicos, cujo resultado vem apresentando, além de transparência e previsibilidade de custos, negociações satisfatórias e compatíveis com os limites orçamentários estabelecidos. A variação é calculada considerando-se o custo médio por beneficiário em um período de 12 meses (média móvel) em relação às despesas médias dos doze meses imediatamente anteriores. A média móvel expurga efeitos de sazonalidade. No caso da Entidade, o VCMH é exponencial quando nos referimos a uma carteira idosa, cuja expectativa de vida cresce a cada ano, traduzindo-se em crescente utilização do plano, aliado ao aumento do preço dos serviços de saúde. Para administrar o risco de elevação dos custos médico-hospitalares, a Entidade conta um efetivo modelo de gestão, em dois segmentos: **i. Risco Ambulatorial** - Este modelo de gestão foca um conjunto de ações voltadas para o gerenciamento de ocorrências de eventos ambulatoriais, através da organização e direcionamento de demanda, da gestão em pronto-socorro, do dimensionamento dos eventos de risco, da determinação das especialidades médicas-alvo e da aferição da qualidade do serviço prestado. **ii. Risco Hospitalar** - Este modelo de gestão foca um conjunto de ações voltadas para a gestão de ocorrências de eventos hospitalares, através da administração da porta de entrada, de opinião médica em casos cirúrgicos, do acompanhamento das interações por médicos-internistas dentro dos hospitais, da brevidade hospitalar do paciente, da auditoria de contas médicas, dentre outras ferramentas de gestão médica. O risco de elevação dos custos médico-hospitalares está diretamente relacionado à taxa de variação de custos médico-hospitalares - VCMH - medida de variação resultante da combinação de preços de serviços de saúde associada à frequência de utilização de eventos médicos pelos beneficiários. Trata-se de uma metodologia adotada e indicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para que as operadoras de planos de saúde comprovem anualmente a variação dos custos médico-hospitalares de seus contratos. **I.3.4 - Risco de provisão para contingências judiciais.** O risco de provisão para contingências judiciais tem sido objeto de intenso aperfeiçoamento e controle no processo de gestão, visando assegurar o equilíbrio atuarial dos planos. A atuação jurídica da Entidade vem enviando esforços em um trabalho preventivo no âmbito administrativo, abordando os casos críticos de possível ingresso no judiciário. Em situações de concessão de tutela antecipada por parte do judiciário, a Entidade busca, na maioria dos casos, a tentativa de revogação da tutela, para discutir o mérito do processo. No caso de processos já existentes, a Entidade pauta suas defesas em seu estatuto, nos regulamentos dos planos e na legislação vigente, avaliando sempre os fatos geradores da demanda, a relação custo-benefício de manter um processo judicial em trâmite, de acordo com cada caso e o impacto na imagem institucional e mercadológica da Entidade. No ano de 2024, a Entidade apresentou um saldo provisionado nesta rubrica de R\$1.883.511,28. Em suma, a essência da atividade da Entidade, é o risco assumido para administrar os recursos de assistência à saúde de seus beneficiários. A aceitação do risco, portanto, é uma das principais causas de desequilíbrio econômico-financeiro de Instituições que administram planos de saúde, onde o principal foco da gestão estratégica deve contemplar um eficiente plano de gerenciamento de risco. **I.4 - Riscos Financeiros. I.4.1) Risco de Crédito e Capital.** O risco de crédito da Entidade está associado à possibilidade de inadimplência de seus clientes, sendo atenuado por uma composição pulverizada da carteira e pela prerrogativa legal de interrupção da assistência após um determinado período de inadimplência. Além disso, a Entidade possui uma política de gestão de ativos financeiros estritamente

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2024	2023
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		327.030.009,06	311.374.010,37
Receitas com operações de assistência à saúde		327.030.009,06	311.374.010,37
Contraprestações líquidas		327.030.009,06	311.374.010,37
Eventos indenizáveis líquidos		(262.874.189,38)	(225.070.442,73)
Eventos avisados	21	(261.580.540,08)	(224.053.084,05)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(1.293.649,30)	(1.017.358,68)
Superávit das operações com planos de assistência à saúde		64.155.819,68	86.303.567,64
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		101.087,70	89.081,65
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		9.233.354,36	11.340.791,08
Outras receitas operacionais		9.233.354,36	11.340.791,08
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(36.622.825,00)	(33.520.781,32)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.864.304,81)	(5.045.661,80)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(30.764.617,88)	(26.830.510,33)
(-)Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		37.036,04	45.482,41
Provisão para perdas sobre créditos		(2.030.938,35)	(1.690.091,60)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(2.881.543,05)	(2.757.962,22)
Superávit bruto		33.985.893,69	61.454.696,83
Despesas de comercialização		(1.265,40)	(2.480,30)
Despesas administrativas	22	(61.401.482,86)	(75.577.241,43)
Déficit operacional		(27.416.854,57)	(14.125.024,90)
Resultado financeiro líquido	23	12.602.960,93	14.502.084,85
Receitas financeiras		15.084.155,52	17.776.313,49
Despesas financeiras		(2.481.194,59)	(3.274.228,64)
Resultado patrimonial	24	145.688,24	409.939,46
Receitas patrimoniais		145.688,24	409.939,46
Resultado antes dos impostos e participações		(14.668.205,40)	786.999,41
Déficit/Superávit do exercício		(14.668.205,40)	786.999,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Patrimônio social	Superávit/Déficit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.936.141,77	9.915.412,28	153.851.554,05
Incorporação do superávit do exercício anterior	9.915.412,28	(9.915.412,28)	-
Superávit do exercício	-	786.999,41	786.999,41
Saldos em 31 de dezembro de 2023	153.851.554,05	786.999,41	154.638.553,46
Incorporação do superávit do exercício anterior	786.999,41	(786.999,41)	-
Déficit do exercício	-	(14.668.205,40)	(14.668.205,40)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	154.638.553,46	(14.664.297,08)	139.970.348,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Atividades operacionais	2024	2023
Recebimentos de plano saúde	327.015.130,63	310.813.006,12
Resgate de aplicações financeiras	322.602.041,86	194.383.577,14
Recebimento de juros de aplicações financeiras	12.454,18	4.624,97
Outros recebimentos operacionais	39.141.624,55	34.567.723,57
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(328.741.718,15)	(273.839.216,18)
Pagamentos de comissões	(1.265,40)	(2.480,30)
Pagamentos de pessoal	(15.568.421,28)	(15.382.300,12)
Pagamentos de serviços terceiros	(22.189.796,15)	(35.977.998,70)
Pagamentos de tributos	(21.417.192,43)	(21.164.321,46)
Pagamentos de processos judiciais	(676.059,29)	(1.107.594,22)
Pagamentos de aluguel	(84.835,56)	(107.559,88)
Pagamentos de promoção/publicidade	(565.947,41)	(807.029,58)
Aplicações financeiras	(296.520.174,09)	(190.039.599,22)
Outros pagamentos operacionais	(3.790.540,73)	(3.688.672,71)
Caixa líquido das atividades operacionais	(784.663,27)	(2.347.820,9



CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CABERJ

CNPJ/MF nº 42.182.170/0001-84



ANS 32436-1

de 16,58%; 10 faixas etárias (contratos posteriores à RN 63 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). **Planos AFINIDADE**, o reajuste de 10,74% sobre os planos com necessidade de atualização ao Índice disposto em regulamento: 7 faixas etárias (contratos anteriores à RN 63 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS); e reajuste 10,74% 8 faixas etárias (contratos não adaptados à Lei 9656/98); e reajuste 10,74% 10 faixas etárias (contratos posteriores à RN 63 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS). Frise-se que o risco da efetividade do reajuste aplicado para cobertura dos custos assistenciais é o constante desafio enfrentado pela Entidade e sucedido com tenacidade, através da implantação de um plano complexo de gestão dos custos médico-hospitalares, gerido por uma equipe de gestores médicos, acompanhado de revisões atuárias periódicas dos planos, com o objetivo de minimizar o impacto financeiro necessário ao equilíbrio contratual. **II - Estrutura de Gerenciamento e de Mitigação de Riscos.** Como ferramenta primordial e estratégica para a condução das táticas e atingimento dos objetivos corporativos, sobretudo por prevenir eventos indesejáveis, como a concretização de riscos inesperados e a perda de oportunidades, a Companhia pratica a gestão de seus riscos com foco na melhor entrega de valor e qualidade na prestação de serviços de assistência à saúde de seus beneficiários e perseguindo sua missão, visão e realizando-se a partir dos seguintes objetivos: • Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo à informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso; • Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e • Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização. A Gestão de Riscos da Companhia tem como unidade operacional responsável pela sua implantação e fomento da cultura de riscos, o Núcleo de Compliance e Processos. Após breve exposição sobre a Política de Gestão de Riscos da Companhia, passamos ao diagnóstico dos riscos financeiros.

5. Disponível	2024	2023
Caixa	7.000,00	15.150,00
Bancos	565.011,45	4.119.768,65
	572.011,45	4.134.918,65

b. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Títulos	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Quotas de Fundos Investimento Não Exclusivos						
Caixa Saúde Supl. - ANS - CEF	-	17.097,73	17.097,73	-	21.022.580,62	21.022.580,62
Fundo BB RF LP Corp	-	31.291,74	31.291,74	-	28.728,67	28.728,67
Caixa FI Fidelid II RF Cred Priv	-	13.954.712,18	13.954.712,18	-	12.674.696,33	12.674.696,33
Caixa FI Fidelidade RF LP	-	-	-	-	44.886.462,99	44.886.462,99
Bradesco H FI Renda Fixa	-	23.193.979,54	23.193.979,54	-	21.081.294,59	21.081.294,59
Bradesco Corporate FIC FI Renda Fix (iv)	-	11.229.331,94	11.229.331,94	-	35.006.356,67	35.006.356,67
XP ANS Fир CP (i)	-	15.960.437,57	15.960.437,57	-	-	-
XP ARS Everest Advisory FIC FIRP CP LP (ii)	-	14.613.930,18	14.613.930,18	-	-	-
XP Corporate Light FIRP CP LP (iv)	-	14.726.667,29	14.726.667,29	-	-	-
Itau Saude RF Cred Priv FIF CIC RL (i)	-	6.832.132,58	6.832.132,58	-	-	-
Itau High Grade Renda Fixa Priv FIF CIC RL (ii)	-	19.673.203,40	19.673.203,40	-	-	-
Total da carteira	-	120.232.787,75	120.232.787,75	-	134.700.119,87	134.700.119,87

7. Créditos de operações com plano de assistência à saúde.	2024	2023
Mensalidades a receber (i)	38.797.191,34	36.031.615,13
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis (ii)	3.925.094,63	3.686.689,86
Provisão para perdas sobre créditos	(33.987.324,24)	(31.960.807,99)
Outros créditos operações com planos assist. à saúde (iii)	5.217.852,17	4.840.746,09
	13.952.813,90	12.598.243,09

(i) Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de serviços de assistência médico hospitalar. As mensalidades vencem na sua maioria no dia dez do mês corrente, sendo reconhecidos por provisão mensal. As mensalidades a receber por idade de saldo compõem-se como segue em 31 de dezembro:

	2024	2023
A vencer	5.030.641,15	4.450.339,86
Vencidos até 30 dias	1.040.144,93	852.127,28
Vencidos de 31 a 60 dias	427.900,93	421.549,38
Vencidos de 61 a 90 dias	217.518,38	184.280,26
Vencidos há mais de 90 dias	32.080.985,95	30.123.318,35
	38.797.191,34	36.031.615,13

(ii) Registra os valores correspondentes a participação dos beneficiários em atendimentos ambulatoriais. (iii) Registra os valores correspondentes a participação dos con-

Descrição	% de participação no capital	2024		2023	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Caberj Integral Saúde S.A.	100%	35.011.200,00	35.313.317,43	35.313.317,43	409.939,46

No exercício de 2006 foi constituída a Caberj Integral Saúde S.A. ("Caberj Integral"), uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da CABERJ. A Caberj Integral Saúde S.A tem por objeto a comercialização e operação de planos de assistência à saúde e atividades afins. A CABERJ efetuou um aporte de capital na Caberj Integral Saúde S.A. em dinheiro no montante de R\$ 3.111.200, considerando o capital inicial mínimo exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a companhia operar. A Caberj Integral Saúde S.A. iniciou as suas operações a partir do mês de setembro de 2007. No decorrer dos exercícios a Caberj efetuou aporte de capital na Caberj Integral Saúde S.A. no montante de R\$ 31.900.000, em cumprimento a Resolução Normativa 160 de 3 de julho de 2007 da ANS, vigente à época, considerando o capital mínimo exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para a companhia operar.

11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação %	2024		2023	
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Edificações	4%	51.898.557,58 (19.535.278,29)	32.363.279,29	34.439.221,57	
Móveis e utensílios	10%	2.871.808,73 (2.670.066,09)	201.742,64	249.449,48	
Computadores e periféricos	20%	3.087.280,62 (2.693.926,35)	393.354,27	556.406,91	
Máquinas e equipamentos	10%	1.480.624,64 (1.109.343,45)	371.281,19	264.015,84	
Instalações	10%	855.225,22 (701.642,30)	153.582,92	239.105,36	
		60.193.496,79 (26.710.256,48)	33.483.240,31	35.748.199,16	

Apresentamos a seguir a movimentação no exercício de 2024 e 2023:

Descrição	2023		2024	
	Valor líquido	Aquisição	Baixa	Depreciação
Edificações	34.439.221,57	-	-	(2.075.942,28)
Móveis e utensílios	249.449,48	11.188,63	-	(58.895,47)
Computadores e periféricos	556.406,91	23.358,63	-	(186.411,27)
Máquinas e equipamentos	264.015,84	151.831,33	-	(44.565,98)
Instalações	239.105,36	-	-	(85.522,44)
	35.748.199,16	186.378,59	-	(2.451.337,44)

Descrição	2022		2023	
	Valor líquido	Aquisição	Baixa	Depreciação
Edificações	36.515.164,10	-	-	(2.075.942,53)
Móveis e utensílios	293.929,36	20.919,72	-	(65.399,60)
Computadores e periféricos	462.561,39	271.301,40	-	(177.455,88)
Máquinas e equipamentos	263.222,15	61.704,86	-	(60.911,17)
Instalações	324.627,80	-	-	(85.522,44)
	37.859.504,80	353.925,98	-	(2.465.231,62)

12. Intangível

Descrição	Taxa de amortização %	2024		2023	
		Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Software	4%	535.747,03 (474.515,13)	61.231,90	100.229,15	
		535.747,03 (474.515,13)	61.231,90	100.229,15	

Apresentamos a seguir a movimentação nos exercícios de 2024 e 2023:

Descrição	2023		2024	
	Valor residual	Aquisição	Baixa	Amortização
Software	100.229,15	-	-	(38.997,25)
	100.229,15	-	-	(38.997,25)

13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. As provisões constituídas pela Entidade apresentam as seguintes posições:

	2024	2023
Provisão de contraprestação não ganha (i)	4.494.566,55	4.097.050,53
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii)	27.797.550,83	26.466.790,88
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - SUS (iii)	18.880,87	55.991,52
Provisão para eventos a liquidar - SUS	-	26.641,22
Provisão para eventos a liquidar - Prest.Serv.Assist. (iv)	-	-
Conhecidos nos últimos 60 dias	19.368.470,60	21.955.403,04
Provisão para eventos a liquidar - Outros Prest. Serv.Assist. (v)	2.882.011,20	3.108.690,30
	54.561.480,05	55.710.567,49

6. Aplicações Financeiras

a. Resumo das aplicações financeiras	2024	2023
Caixa FI Saúde Suplementar - ANS - CEF (i)	17.097,73	21.022.580,62
Fundo BB RF LP CORP 600 MIL - Banco do Brasil (ii)	31.291,74	28.728,67
Caixa FI Fidelidade II RF Cred Priv - CEF (iii)	13.954.712,18	12.674.696,33
Caixa FI Fidelidade RF Longo Prazo - CEF (iii)	-	44.886.462,99
Bradesco H FI Renda Fixa Crédito PR (i)	23.193.979,54	21.081.294,59
Bradesco Corporate FIC FI Renda Fix (iv)	11.229.331,94	35.006.356,67
XP ANS Fир CP (i)	15.960.437,57	-
XP ARS Everest Advisory FIC FIRP CP LP (ii)	14.613.930,18	-
XP Corporate Light FIRP CP LP (iv)	14.726.667,29	-
Itau Saude RF Cred Priv FIF CIC RL (i)	6.832.132,58	-
Itau High Grade Renda Fixa Priv FIF CIC RL (ii)	19.673.203,40	-
Quotas de fundos não exclusivos	120.232.784,15	134.700.119,87
Bradesco CDB Fácil	1.054.056,65	1.067.387,77
Bradesco Debêntures	399.301,16	-
Itaú Debêntures	300.096,39	568.409,77
Total	1.753.454,20	1.635.797,54
Total das aplicações financeiras	121.986.238,35	136.335.917,41

i. Este fundo de investimento tem por objetivo a constituição de ativos garantidores que visam lastrear as provisões técnicas e o excedente da dependência operacional, conforme disposto na Resolução Normativa nº 521 de 29 de abril de 2022 da ANS. ii. Este fundo de investimento tem por objetivo aplicar recursos integralmente em cotas de fundos de investimentos que apliquem em carteira diversificadas de ativos financeiros, com prazo médio superior a 365 dias, sendo eles disponível para negociação. iii. Este fundo de investimento tem por objetivo aplicar recursos em título renda fixa, incluindo cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), com prazo médio superior a 365 dias, sendo eles disponível para negociação. iv. Este fundo tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a rentabilidade que busque acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI) por meio da atuação preponderante no mercado de taxa de juros doméstica.

vênios de reciprocidade em eventos indenizáveis. **a. Movimentação da provisão para perdas sobre créditos**

	2024	2023
Provisão para perdas sobre créditos	(31.960.807,99)	(30.351.802,32)
Exercício anterior	(2.026.516,25)	(1.609.005,67)
Ajuste de provisão	(33.987.324,24)	(31.960.807,99)
Exercício atual	-	-
8. Bens e títulos a receber	2024	2023
Adiantamentos a conveniados (i)	1.037.256,07	994.695,16
Adiantamentos Férias a Funcionários	207.705,47	304.217,94
Adiantamento - farmácia	20.188,60	22.487,32
Estoque de Material	93.769,97	85.619,76
Dividendos e juros s/capital	34.600,96	97.360,62
Outros	267.792,61	266.829,92
	1.661.313,68	1.771.210,72

(i) Registra os valores adiantados a conveniados a serem compensados de imediato no próximo faturamento.

9. Depósitos judiciais e fiscais

	2024	2023
Depósitos judiciais - Cíveis	532.590,67	174.242,32
	532.590,67	174.242,32

Registra os valores depositados na justiça com garantia em processos judiciais movi-

10. Investimento

	2024	2023
Dividendos e juros sobre capital próprio	97.360,62	35.625.896,27

mentos contra a Caberj. **10. Investimento**

Descrição	% de participação no capital	2024		2023	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Caberj Integral Saúde S.A.	100%	35.011.200,00	35.625.896,27	145.688,24	35.625.896,27

(i) AANS determinou, por meio da Resolução Normativa (RN) nº 393 de 09 de 26 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (OPS) deverão constituir "Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG". Ao final de cada mês, o valor reconhecido como PPCNG é apropriado ao resultado do período, como Receita de Contraprestação/Prêmio, em função do período de cobertura do risco já decorrido naquele mês. O termo "não ganha" significa que o período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu, portanto, a operadora ainda não prestou o serviço para o beneficiário do plano, que é a cobertura contratual dentro daquele prazo. (ii) AANS determinou por meio da Resolução Normativa (RN) nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (OPS) deverão constituir "Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA". Nos primeiros 12 meses de operação ou até que haja a aprovação da metodologia de cálculo, as OPS deverão constituir valores mínimos de PEONA, ob-

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de planos coletivos por adesão antes da lei 9.656/1998.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	435.112,75	1.287.471,23	4.919.843,33	18.512.990,85	702.111,95	667.803,21	26.525.333,32
Reembolso	3.669,60	17.187,54	6.583,68	480.384,59	110.978,03	-	618.803,44
Total	438.782,35	1.304.658,77	4.926.427,01	18.993.375,44	813.089,98	667.803,21	27.144.136,76

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de planos coletivos por adesão depois da lei 9.656/1998.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	4.380.036,44	13.502.597,40	36.468.698,01	151.949.771,78	6.839.173,56	11.278.865,12	224.419.142,31
Reembolso	66.443,30	201.797,51	25.425,24	4.792.926,18	990.126,73	977,00	6.077.695,96
Total	4.446.479,74	13.704.394,91	36.494.123,25	156.742.697,96	7.829.300,29	11.279.842,12	230.496.838,27

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de planos coletivos empresariais depois da lei 9.656/1998.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	190.835,29	470.157,33	1.678.276,37	1.160.912,42	191.375,56	77.398,59	3.768.955,56
Reembolso	-	11.088,00	-	73.387,77			



CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - CABERJ

CNPJ/MF nº 42.182.170/0001-84



ANS 32436-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das eventuais constatações de auditoria.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2025.

Walter Heuer - WH Auditores Independentes - CVM Nº 8710 CRC-SP 000319/0-8 - CNPJ Nº 42.465.302/0001-85

Luiz Alberto Nava Salazar - Responsável Técnico - Contador CRC RJ 034860/O.

Eve Air Mobility e UI Helicopter se unem para impulsionar mobilidade aérea

Empresas querem acelerar o avanço da indústria de mobilidade na Coreia do Sul

A Eve Air Mobility (Eve) (NYSE: EVEX; EVE-XW), subsidiária da Embraer, fabricante de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL, em inglês) e provedora global de serviços para a mobilidade aérea urbana (UAM), firmou um Memorando de Entendimento (MoU, em inglês) com a UI Helicopter, principal operadora de helicópteros e provedora de manutenção da Coreia do Sul. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento do ecossistema da indústria de UAM no país asiático.

“Combinando suas expertises,

a Eve e a UI Helicopter trabalharão juntas para apresentar os requisitos técnicos, operacionais e de ecossistema necessários para viabilizar as operações de eVTOL ao governo e à indústria sul-coreana”, informou a Embraer.

“A Coreia do Sul tem sido pioneira na preparação da mobilidade aérea urbana, mas estabelecer uma infraestrutura sustentável para o crescimento desse setor é o próximo passo fundamental”, destaca Sungwieh Albert Rim, CEO da UI Helicopter. “Com o parceiro técnico certo e nossa longa relação com os formuladores de po-

líticas sul-coreanas, estamos ansiosos para explorar casos de uso da AAM que tragam os maiores benefícios para o país”.

“A mobilidade aérea avançada (AAM, em inglês) tem o poder de transformar a forma como nos deslocamos pelo mundo, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas, onde essa solução é mais necessária”, afirma Johann Bordais, CEO da Eve. “Estamos orgulhosos de compartilhar os recursos técnicos e evoluções de ecossistemas da Eve com a UI Helicopter para criar uma infraestrutura robusta para a AAM”.

Desde 10 de maio de 2022, a Eve está listada na Bolsa de Valores de Nova York, onde suas ações ordinárias e bônus públicos são negociados sob os códigos “EVEX” e “EVEXW”. Para obter mais informações, visite www.eveairmobility.com.

O primeiro passo dessa colaboração será a aplicação de uma pesquisa de mercado sobre UAM desenvolvida pela Eve, que fornecerá informações iniciais para apoiar o processo. O governo sul-coreano já deu passos significativos para avançar nesse campo por meio de iniciativas como o

K-UAM Grand Challenge. Além de Seul, há um enorme potencial para a AAM em regiões rurais da Coreia do Sul, onde essas soluções podem melhorar a conectividade e estimular economias locais.

Em sinergia com o conhecimento técnico da Eve, a UI Helicopter usará sua experiência local para garantir uma colaboração eficiente e um diálogo aberto com os líderes políticos. Juntas, as empresas pretendem desenvolver um ecossistema de AAM que integre as melhores práticas técnicas e atenda aos padrões regulatórios específicos da Coreia do Sul.

ROYALCOOP - COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULO DE ALUGUEL PARA TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ n.º 32.133.795/0001-00 / NIRE nº 3340000339-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições estatutárias e legais convoca os 55 cooperados da ROYALCOOP – COOPERATIVA DE MOTORISTAS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS DE ALUGUEL PARA TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA, na forma do disposto no art. 44 da Lei n.º 5764/71, a reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** em 25 de março de 2025, na Rua Silveira Martins 24, Terraço, Flamengo, nesta Cidade, com 1ª. Convocação às 07h com presença de 2/3 de cooperados, com 2ª Convocação às 08h com presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 09h com presença mínima de 10 (dez) cooperados, em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - Prestação e aprovação das contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal – exercício 2024, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal; II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; III – Eleição dos membros da Diretoria; IV – Eleição dos membros do Conselho Fiscal; V – Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina; VI – Análise e deliberação em relação a nova cor de gravata a ser usada no uniforme; VII – Análise e deliberação sobre a escolha, remuneração e funções de um cooperado para representar comercialmente a cooperativa; VIII – Análise e deliberação sobre o uso de veículo particular no período que o cooperado estiver impossibilitado de usar seu veículo; IX – Análise e deliberação sobre a aceitação de atestado médico para isenção de plantão; X – Análise e deliberação sobre a isenção do plantão durante o período de permuta de vaga ou veículo; XI – Análise e deliberação sobre a isenção do plantão em casos de acidentes/batidas onde o veículo se encontra impossibilitado para uso; XII – Análise e deliberação sobre a proposta do cooperado 024 – Pontuação e benefícios nos serviços do livro, baseado na frequência dos cooperados no trabalho; XIII – Análise e deliberação sobre o uso de uniforme para os serviços de guia; XIV – Aprovação do retorno do ex associado Alex Inácio ao quadro social conforme abaixo assinado; XV – Assuntos gerais.** Rio de Janeiro, 10 de março de 2025. ALEXANDRE AUGUSTO MARTINS SIMÕES - Diretor Presidente.

COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA

CNPJ 72.372.998/0004-09



AUDITORIA AMBIENTAL

COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 31/01/2025, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, do ano de 2024, referente a operar Terminal de Minério de Ferro e Granéis Sólidos, e informa que este estará à disposição para consulta no CEAM – Centro Administrativo, localizado na Estrada Ilha da Madeira, s/nº, Porto de Itaguaí, no Município de Itaguaí, no período de 17/03/2025 a 27/06/2025 no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/201934/2000).

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

EXTRATO ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2025, às 14:00 horas. Após exame e discussão do item constante da ordem do dia, os membros do conselho de administração, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram as seguintes deliberações: (i.) A reafirmação da nomeação da empresa Task – Contadores, Auditores e Consultores Sociedade Simples, responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da sociedade Semar Inspeções S.A (“SEMAR”), subsidiária integral da Companhia, para fins de incorporação; (ii.) O laudo de avaliação do patrimônio da SEMAR, o qual está apto para ser submetido à assembleia para deliberação de incorporação pela Companhia; (iii.) O Protocolo e Justificação de Incorporação da SEMAR pela Companhia; (iv.) A Proposta da Administração para a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a incorporação da SEMAR pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apreciados por este Conselho; (v.) Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 2 de abril de 2025, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre incorporação da SEMAR pela Companhia conforme Proposta da Administração, sendo certo que a Companhia irá publicar e divulgar os documentos necessários, perante a CVM, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar desta deliberação. (vi.) A autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações aprovadas na referida AGE. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/>** Rio de Janeiro, 12 de Março de 2025.



PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.

CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93 - NIRE 33.3.0027784-6

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - REGISTRO CVM Nº 01923-2

AVISO AOS ACIONISTAS

A Produtores Energéticos de Manso S/A - PROMAN comunica que estão a disposição dos senhores acionistas os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, referente ao encerramento do exercício de 2024, podendo os mesmos ser obtidos na Rua Jardim Botânico, nº 674, sala 316, Jardim Botânico, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.461-000, bem como, encontram-se disponibilizados nos portais da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e desta Companhia (www.promant.com.br), Rio de Janeiro, 14 de março de 2025. **Nanci Turibio Guimarães - Diretora Financeira e de Relações com Investidores**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Empregados em Empresas de Turismo do Estado do Rio de Janeiro O Sintur - Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o art. 16, Capítulo I, Título II do Estatuto, convoca todos os trabalhadores e profissionais de turismo para a Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de março de 2025, às 12:00 horas, em primeira convocação com a presença de 2% dos sócios, e em segunda com qualquer número às 12:30 horas, em sua sede própria na Rua Sete de Setembro, nº98 - cob. 01 e 02, Centro - RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1- Aprovação da pauta de reivindicações a ser encaminhada ao SINDETUR, com vistas à abertura de processo de negociação coletiva para data-base de 2025; 2- Deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuição ao Sindicato, de natureza negocial autorizando o desconto em folha, de acordo com o art. 513 da CLT; 3- Autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar acordo coletivo, bem como autorizar a adoção das medidas judiciais para preservação da data-base através da instauração de protesto judicial e do Dissídio Coletivo, podendo no mesmo celebrar acordo; 4- Contribuição Sindical 2026; 5- Discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento ao bom desenvolvimento do processo negocial; 6- Outros assuntos ligados à negociação coletiva da data-base. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025 **Fabício Santos Guimarães Presidente**

AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA

CNPJ Nº 30.069.314/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024 e 2023 e estão sendo publicadas de forma resumidas. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/centraldebancos>.

Balanço Patrimoniais (Em MR\$)			Demonstração do Resultado (Em MR\$)			Demonstração do Fluxo de Caixa (Em MR\$)		
	2024	2023		2024	2023		2024	2023
Ativo								
Circulante			Receita Operacional Líquida	633.641	597.910	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	8.529	(4.309)
Caixa e equivalentes de caixa	30.020	57.857	(Custos) dos Serviços Prestados	(469.558)	(409.043)	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	8.529	(4.309)
Contas a Receber de clientes e de partes relacionadas			Lucro Bruto	164.083	188.867	Despesa de amortização s/ direito de uso- CPC6 R2/ IFRS 16	103.790	69.974
Clientes	28.705	36.217	Receitas e (Despesas) Operacionais			Despesa de juros s/ arrendamento CPC6 R2/IFRS 16	10.405	7.304
Partes relacionadas	12.218	14.168	(Despesa)gerais e administrativas	(96.302)	(107.084)	Despesa de depreciação s/ imobilizado	14.435	2.419
Total de Contas a Receber de clientes e Partes Relacionadas	40.923	50.385	(Despesas) comerciais	(40.231)	(54.375)	Despesas de amortização s/ intangível	26	26
Estoques de suprimento	15.353	13.768	Outras receitas e (despesas) operacionais	(4.772)	(7.565)	Receita de IR e de CS diferida	(7.853)	582
Impostos a recuperar	4.667	4.092	Total das Receitas (Despesas) operacionais	(141.305)	(169.024)	Perda (ganho) de equivalência patrimonial	(509)	1.382
Despesas antecipadas	1.269	1.120	Lucro (Prejuízo) Operacional, Exceto Resultado Financeiro	22.778	19.843	Provisão (Reversão da) p/riscos fiscais, trabalhistas e outros	(972)	(4.677)
Outras contas ativas	3.820	6.533	Resultado Financeiro Líquido	(22.102)	(20.443)	Provisão para perdas esperadas de créditos e de investimentos	385	7.917
Ativos destinados à venda	12.199	15.462	(Prejuízo) antes dos impostos	676	(600)	Despesas financeiras s/ financiamentos e impostos parcelados		
Total do Ativo Circulante	108.251	149.217	(Despesas) e Receita de Impostos (IRPJ e CSLL)			Lucro do Exercício Ajustado	1.138	1.128
Não circulante			(Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes	-	(3.127)	(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais:		
Realizável a Longo Prazo			Receita (Despesas) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida	7.853	(582)	Contas a receber de clientes e das operações (Partes Relacionadas)	9.462	12.238
Outras contas a receber de clientes	5.813	4.790	Total das (Despesas) e Receitas de Impostos (IRPJ e CSLL)	7.853	(3.709)	Adiantamento a fornecedores	(208)	(478)
Adiantamento para futuro aumento de capital	124		(Prejuízo) do Exercício	8.529	(4.309)	Estoques	(1.585)	1.734
Depósitos judiciais	82.118	73.300	Número de Quotas de Capital Social	9.257.260	9.257.260	Impostos e contribuições a recuperar	(575)	138
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos	35.811	21.457	Lucro (Prejuízo) por Quotas Expresso em Reais (R\$)	0,92	-0,47	Despesas antecipadas	59	(195)
Total do Realizável a Longo Prazo	123.866	99.547				Depósitos judiciais	(8.818)	(6.971)
Investimento	2.596	2.210	Demonstração do Valor Adicionado (Em MR\$)			Outros Ativos	1.690	(4.272)
Imobilizado	226.311	202.740		2024	2023	Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	25	2.194
Direito de Uso por Arrendamento	25.353	19.905	Lucro Líquido do Exercício	8.529	(4.309)	Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais:		
Intangível	1.555	1.537	Outros Resultados (Prejuízos) Abrangentes	-	-	Fornecedores a pagar a terceiros (nacionais)	(9.037)	19.491
Total do Ativo não Circulante	379.681	325.939	Total dos Resultados (Prejuízos) Abrangentes	8.529	(4.309)	Salários, encargos e obrigações sociais	2.471	2.275
Total do Ativo	487.932	475.156				Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	(1.423)	(1.148)
Passivo e Patrimônio Líquido			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em MR\$)			IR e CS sobre o Lucro Líquido	(3.127)	3.127
Passivo Circulante						Contas a pagar (menos a receber) de partes relacionadas	(3.048)	(2.173)
Fornecedores			Capital social subscrito e integralizado			Outros passivos	8.556	2032
Terceiros Nacionais	30.469	39.507	Saldo em 31/12/2022	119.696	(45.072)	Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	(5.608)	23.604
Partes relacionadas	1.984	5.030	Aumento de Capital Social	74.891	74.891	Total do Caixa Líquido Gerado pelas Ativ. Operacionais	123.790	107.544
Total de Fornecedores terceiros nacionais e partes relacionadas	32.453	44.537	(Prejuízo) do Exercício	-	(4.309)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos	18.844	21.417	Saldo em 31/12/2023	194.588	(49.382)	Aquisições de imobilizados	(43.069)	(107.934)
Arrendamento a pagar a partes relacionadas	23.653	20.468	Lucro Líquido do Exercício	-	8.529	Aquisições de intangíveis	(45)	-
Salários e obrigações sociais	27.176	24.704	Lucro Líquido do Exercício	-	8.529	Baixas de imobilizados	1.249	8.801
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	6.224	8.015	Saldo em 31/12/2024	194.588	(40.853)	Investimentos realizados em escrituras via adiantamentos p/futuro aumento de capital	(50.968)	51.910
Imposto (IRPJ E CSLL) a pagar	-	3.127				Total do Caixa Líquido Gerado pelas Ativ. de Investimentos	(92.833)	(47.223)
Dividendos a pagar	4	4	Nota Explicativa			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Adiantamento recebidos de clientes	13.680	11.432	Contexto Operacional: A Empresa foi constituída em 1969 tendo como objetivo a exploração do ramo de Transporte rodoviário coletivo em geral, transporte rodoviário de cargas e encomendas, transporte rodoviário turístico, implantação de ponto de parada e de apoio ou de terminais rodoviários, dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro e agenciamento rodoviário de passageiros e excursões. Apresentações: - As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa, em 28 fevereiro de 2025, e estão a disposições de forma completa com suas respectivas Notas Explicativas, Relatório da Diretoria e do Parecer/Relatório dos Auditores, emitidos pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-030.002/O-7 “S” RJ - Luiz Claudio Fontes Contador CRC 1RJ-032.470/O-9, publicadas nos sites acima e fisicamente na sede da Companhia. Niterói (RJ) 12 de março de 2025. A Diretoria.			Pagamentos de arrendamentos financeiros	(101.959)	(76.444)
Outras contas a pagar	3.124	4.634				Empréstimos e financiamentos tomados	71.000	-
Total do Passivo Circulante	125.158	138.338				Adiantamento Futuro aumento de Capital	-	345
Passivo Não Circulante						Aumento de Capital	-	74.891
Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos	85.098	36.795				Amortização de empréstimos e financiamentos	(27.835)	(17.128)
Arrendamentos a pagar a partes relacionadas	4.405	312				Caixa Líquido (Aplicado) Proveniente das Atividades de Financiamentos	(58.794)	(18.336)
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	714	347				Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.837)	41.985
Provisão para contingências	74.418	65.285				Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa		
Impostos (CSLL e IRPJ) diferidos passivo	43.462	36.963				Saldo do Início do Exercício	57.857	15.872
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	942	51.910				Saldo do Final do Exercício	30.020	57.857
Total do Passivo Não Circulante	209.039	191.612				Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.837)	41.985
Total do Passivo	334.197	329.950						
Patrimônio líquido								
Capital social subscrito e integralizado	194.588	194.588						
Prejuízos acumulados	(40.853)	(49.382)						
Total do Patrimônio Líquido	153.735	145.206						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	487.932	475.156						

Gustavo Nader Damiao Rodrigues - Diretor Presidente
Luís Balleiro Costa Lima - Diretor Financeiro
Alexandre Arantes Carvalho - Contador CRCRJ Nº 127812/O-9

Log-In (LOGN3): resultado do 4T24, dinâmicas e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 da Log-In com Pascoal Gomes, vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da companhia.

Como a Log-In avalia o seu resultado no 4T24 e em 2024?

A Log-In fez um 4T24 muito forte, sendo que ao longo dos últimos 3 anos e meio, a companhia vem quebrando recordes dos seus indicadores operacionais e financeiros, como receita, resultado, transporte e movimentação de carga, tanto no seu principal negócio, que é a navegação costeira, quanto nos seus negócios de terminais e de transporte rodoviário. O consolidado da Log-In foi fantástico, com a sua receita e o seu Ebitda crescendo 30%.

Com relação ao resultado do ano, ele já mostra o desafio que vivemos nos trimestres anteriores. Nós tivemos um crescimento de 20% da receita com um lucro operacional mais em linha com o resultado de 2023. O negócio de navegação costeira sofreu muito com atrasos e perdas de escala nos terminais portuários, já que existe um caos instalado no setor com terminais colapsados. Vale ressaltar que o negócio de cabotagem é um carrossel. Se você perde uma escala ou uma escala atrasa, você atrasa o carrossel inteiro, o que gera implicações muito grandes para o resultado, em termos de custos extras, e para o nível de serviço. Além disso, nós tivemos o segundo ano de seca na Região Norte do país. Como os rios secaram e a operação ficou interrompida por um tempo, nós desenvolvemos um pier flutuante e conseguimos operar melhor do que em 2023, que foi o primeiro ano dessa seca histórica. Dentro desse desafio, ter crescido no 4T24 e ter feito um resultado no ano equivalente a 2023, foi muito positivo.

Com relação ao terminal de Vila Velha, ele passou 6 meses do ano “retrofitando” um dos seus principais equipamentos de berço, o

que fez com que o terminal perdesse capacidade durante esse período, mas ainda sim ele fez um resultado fantástico. No 4T24, a receita líquida cresceu 60%, e no ano, 25%. O lucro não respondeu a essa variação porque, no 4T24, nós perdemos carga de containers e ganhamos carga geral, sendo que as melhores margens estão na carga de containers. Além disso, para que não deixássemos cair muito o nível de serviço do terminal, nós implementamos um turno extra, o que nos fez baixar um pouco a rentabilidade do negócio. Ainda assim, se você considerar que esse terminal operou com uma capacidade na casa de 90% ao longo de 2024, o que trouxe uma pressão de custo nesse contexto, o resultado foi muito positivo.

O rodoviário, que é a nossa última grande linha, deu prejuízo. Quando olhamos o ano, o resultado fica no 0x0 contra 2023, mas no 4T24 nós tivemos uma perda de resultado. Essa linha é composta por quatro sublinhas, que são armazenamento, lotação, container e fracionado, sendo que as três primeiras deram resultado positivo, mas o fracionado está passando por um plano de sobrevivência para que possamos melhorar o fundamento do negócio e fazermos melhor a frente, já que essa torre de negócio tem uma grande sinergia com a navegação costeira. Isso porque a maioria dos operadores de cabotagem transportam containers fechados, ou seja, um para um, enquanto um caminhão com carga fracionada tem muitas cargas que vão para diversos clientes na ponta. Nós passamos a transportar esse tipo de carga com escala quando adquirimos a Tecmar há 3 anos e estamos subindo esses volumes ao longo do tempo. Esse foi o racional, mas essa é uma carga difícil de se trabalhar.

De um modo geral, foi um resultado consolidado muito positivo, ainda que tenha sido um ano super desafiador para a logística, mas nós tivemos duas cerejas no bolo que tornaram o ambiente ainda mais difícil, e que afetaram muito a nossa operação: o caos dos ter-

minais portuários e a seca na Região Norte.

Quando você recebe um resultado da Log-in, quais são os primeiros números que você bate o olho para analisar?

Primeiro de tudo, a margem de contribuição por unidade de negócio e, eventualmente, por ativo. A margem de contribuição é quando você tira da receita os custos operacionais diretos para fazer aquilo. Esse é um indicador super relevante, porque ele vai mostrar a capacidade de alavancagem operacional dos ativos e de diluição de custo fixo. Traduzindo: na hora em que você tem uma margem de contribuição positiva e crescente no negócio, isso significa que você está conseguindo usar melhor a capacidade dos seus ativos.

Por exemplo, quando um navio vai operar uma rota, você vai para o mercado para enchê-lo de carga. Se olharmos o mix de preço, a carga que entra na largada é uma carga que paga um pouco menos. Como um navio tem um custo fixo alto para operar, até você chegar no ponto de equilíbrio, ou seja, quando a receita encontra os custos fixos, você perde dinheiro, já que a receita não está pagando nem os custos diretos, sobretudo os fixos. Essa é uma análise super importante que sempre fazemos, já que nós temos ativos que são muito caros e custosos para serem operados.

Analisando esse indicador, eu consigo entender se há alguma pressão no custo, sobretudo no custo fixo, que não conseguimos repassar no preço ou na tarifa, ou se, eventualmente, o mix de receita, a carga que está sendo transportada ou movimentada nos diferentes negócios da companhia, está piorando por algum motivo.

Outro aspecto que eu olho no resultado operacional é a sua composição, ou seja, quanto vem da cabotagem, do feeder e do Mercosul. Por exemplo, pensando no negócio de navegação costeira, a Log-In tem um hedge muito bacana, pois ela faz tanto operações de cabotagem, que é serviço de transporte de carga entre



Pascoal Gomes

portos brasileiros, quanto o feeder. Explicando o que é o feeder. Quando um navio muito grande pára em um grande porto brasileiro, um hub port, ele baixa a carga no terminal portuário, sendo que essa carga sobe no nosso navio para que possamos levá-la para os outros terminais. Como isso ocorre tanto na ida quanto na volta dos nossos navios, nós chamados isso de feeder, sendo que essa carga está muito mais relacionada à dinâmica de importação e exportação do Brasil com o mercado exterior. Por exemplo, enquanto a cabotagem cresceu, em 2024, cerca de 10%, a Log-In cresceu pouco mais de 11%, sendo que o nosso negócio de feeder cresceu muito mais, o que fez com que ganhássemos muito market share.

Depois disso, é muito importante olharmos as despesas gerais para que elas sejam eficientes e ajudem a alavancar o resultado da empresa. Todo esse custo discriminário, como viagens, consultoria e áreas corporativas de prestação de serviço de back office, precisa estar muito bem controlado para garantir eficiência na última linha de resultado da companhia.

Por último, eu olho o resultado financeiro. Isso porque esse resultado pega um pedaço do resultado

operacional, o que também se reflete na última linha da companhia, o lucro líquido.

Para uma companhia com a Log-In, o aumento da Selic favorece, atrapalha ou é indiferente?

Eu acredito que o aumento da Selic atrapalha todo e qualquer segmento produtivo do país. Eu sempre falo isso para todo mundo. Com uma Selic a 13,25%, isso significa que se você botar o dinheiro no banco ou investir em um título do governo, vai voltar algo próximo a 13,25%. Nessas condições, qual o estímulo que uma empresa tem para investir e tomar risco em um negócio da economia real? Para se fazer isso, você tem que ganhar bem mais que os 13,25%. Dessa forma, não há setor produtivo no Brasil que se sustente com uma Selic de 13,25%.

A Selic alta atrapalha o investimento, porque quando eu vou aprovar a aquisição de um novo ativo, como uma embarcação ou um caminhão, ou um projeto de expansão, como anunciamos recentemente no TVV, a taxa de desconto que vai ser usada para calcular o seu retorno está impactada pelo custo Brasil, que, no final das contas, está totalmente atrelado ao custo da Selic. No atual nível da Selic, isso inviabi-

liza muitos projetos, pois nem todo projeto tem um retorno muito mais alto que o atual patamar da Selic de 13,25% ao ano.

O segundo aspecto é que boa parte das empresas têm dívidas atreladas ao CDI, que anda pari passu com a Selic. Se uma empresa emite uma dívida no mercado de capitais, ela vai tomar recursos a CDI mais alguma coisa ou um percentual do CDI. Toda vez que a Selic subir, isso vai significar que a dívida que a empresa tomou lá atrás, em outro patamar da Selic, vai custar mais caro. É por isso que um aumento da Selic é sempre prejudicial.

É difícil entender o contexto de economia que temos hoje, com a Selic alta, inflação alta e dólar apreciado contra a moeda local. Quando tentamos explicar isso para alguém de fora, a pessoa não entende, já que deveria haver um binômio, ou seja, quando um sobe, o outro deveria descer, mas aqui é diferente. Às vezes, eles sobem juntos, o que cria um gargalo enorme do ponto de vista econômico para que a economia real avance.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/log-in-logn3-resultado-do-4t24-dinamicas-e-perspectivas

TEGRA INCORPORADORA CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Tegra Incorporadora S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 27 de Janeiro de 2025

Aos 27/01/2025, às 17:30h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** (I) Consignar o recebimento da carta de renúncia ao cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano da Companhia, apresentada pelo Sr. **Angel Luis Martinez Ibañez**, RG nº 22.289.431-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 267.166.638-19, o qual atuará até 31/01/2025, agradecendo-lhe pelos serviços prestados à Companhia. (II) Eleger para o cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano o Sr. **Ubirajara Spessotto de Camargo Freitas**, RG nº 7.456.960-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 030.086.368-37, para exercer interinamente e em acúmulo de funções com o cargo de Diretor Presidente, com prazo de mandato de 2 anos a contar a partir de 01/02/2025 e se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. O Sr. **Ubirajara Spessotto de Camargo Freitas**, ora eleito, será investido em seu cargo mediante a assinatura, dentro do prazo legal. Ainda, os membros do Conselho de Administração autorizam a Diretoria a tomar as providências necessárias para instrumentalizar as deliberações ora adotadas. (III) Ratificar a composição da Diretoria da Companhia que passa a ser composta pelos seguintes membros: a) Para o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento Urbano: **Ubirajara Spessotto de Camargo Freitas**, RG nº 7.456.960-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 030.086.368-37; b) Para o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores: **Alexandre Wolynec**, RG nº 19.993.928-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 148.015.948-40; c) Para o cargo de Diretor de Unidade de Negócios de São Paulo e Rio de Janeiro: **Thiago Rocha de Castro**, RG nº 16325148-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 284.092.258-40; d) Para o cargo de Diretor Jurídico: **Dan Suguio**, RG nº 196.220, expedida pela OAB/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 265.101.758-27; e) Para o cargo de Diretor de Construção: **Fabio Almeida de Barros**, RG nº 270944965, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 262.401.298-28; f) Para o cargo de Diretora de Assuntos Corporativos: **Patrícia Fernandes Caseira**, RG nº 08764487-8, expedida pela IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 014.710.467-02; e g) Para o cargo de Diretor Comercial e Vendas: **João Mendes Silveira de Almeida**, RG nº MG 7.925.925, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 032.621.686-37. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 27/01/2025. **Mesa: Roberto Orlando Cavallieri Perroni** - Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 67.719/25-9 em 24/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TEGRA INCORPORADORA CNPJ/MF nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Tegra Incorporadora S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 13 Fevereiro de 2025

Data, Hora e Local: Aos 13/02/2025, às 10h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** (a) aprovar a prestação de fiança, pela Companhia, para o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas por suas controladas TGSP-54 e TGRJ-19, conforme os Instrumentos Particulares de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, a serem celebrados, ambos datados de 30/08/2024, sendo um deles entre a TGSP-54 e o Banco Bradesco e, o outro, entre a TGRJ-19 e o Banco Bradesco, nos quais a Companhia figurará como interveniente fadadora. Os Contratos formalizarão a concessão de crédito para a TGSP-54 e para a TGRJ-19, para fins de promover a construção dos empreendimentos imobiliários denominados: (i) "Ampere Brooklyn", registrado sob a matrícula nº 294.895, perante o 15º Oficial de Registro de Imóveis da comarca de São Paulo/SP; e (ii) "Condomínio Claris Rosas", registrado sob a matrícula nº 483.717, perante o 9º Oficial de Registro de Imóveis da comarca do Rio de Janeiro/RJ, respectivamente. (b) autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários para as contratações descritas acima, podendo, inclusive, proceder com a assinatura dos respectivos contratos, instrumentos públicos ou particulares, incluindo demais documentos e registros relacionados à dita transação, excetuando-se, em caso de prestação de outras garantias adicionais cuja aprovação deverá ser objeto de nova deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ficando desde já ratificados todos os atos já praticados até a presente data. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo/SP, 13/02/2025. **Mesa: Roberto Orlando Cavallieri Perroni** - Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 86.562/25-3 em 05/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444